

Diário do Legislativo de 27/02/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 219ª Reunião Extraordinária

1.2 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 219ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 26/2/2002

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Inexistência de quórum para votação - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.920; encerramento da discussão - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.921; encerramento da discussão - Chamada para verificação de quórum; inexistência de quórum para votação - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Fábio Avelar - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Irani Barbosa - João Batista de Oliveira - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Miguel Martini - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas o há para a discussão das matérias constantes na pauta.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.920, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sarzedo o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.921, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica com o Município de Bonfim. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Esgotada a matéria da pauta em fase de discussão, a Presidência, nos termos da Decisão Normativa nº 7, solicita ao Secretário que proceda à chamada dos Deputados para verificação de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 26 Deputados, número insuficiente para a votação da matéria constante na pauta.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 10ª REUNIÃO Ordinária da CPI das Carvoarias

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dezoito de fevereiro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Dalmo Ribeiro Silva, Fábio Avelar, Elbe Brandão e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Wanderley Ávila. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Elson Vilela Nogueira, Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho, encaminhando relação de procedimentos instaurados naquele órgão contra as indústrias extrativas mineral e vegetal durante os 5 últimos anos, em Minas Gerais; ofício do Sr. José Maria Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais - FTIEMG, encaminhando cópia da sentença da Ação Civil Pública contra a Acesita Energética, condenando a terceirização da atividade fim e garantindo aos trabalhadores das contratadas equiparação aos direitos dos trabalhadores da empresa contratante. Passa-se à fase de discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Fábio Avelar em que solicita sejam ouvidos nesta reunião os Srs. Vicente Magalhães de Matos e Vicente de Paula Rezende, membros do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Extração de Metais Básicos e de Minerais Não Metálicos de Araxá - SIMA. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que são convidados, a tomar assento à mesa. Logo após, o Presidente passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições, e aos Deputados, conforme consta das notas taquigráficas. Em seguida, são apreciados os seguintes requerimentos do Deputado Adelmo Carneiro Leão: em que solicita sejam encaminhados pedidos de informação às empresas Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfértil - e Bunge Fertilizantes S.A., sediadas em Araxá, contemplando os seguintes assuntos: área de atuação dessas empresas e relação dos empregados contratados diretamente por elas, com suas respectivas funções e salários; listagem das empreiteiras que lhes prestam serviços, indicando a área de atuação de cada uma delas, bem como a relação de empregados e respectivas funções e salários (é aprovada emenda da Deputada Elbe Brandão, solicitando às empresas que enviem também as identificações dos profissionais que lhes prestam serviços na área de saúde); e em que pede seja realizada reunião desta Comissão em Araxá, com representantes dos sindicatos, das empresas e da sociedade civil, para discutir os problemas trabalhistas nas indústrias extrativas daquela região. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2001.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Bilac Pinto - Fábio Avelar - Elbe Brandão.

ATA DA 84ª REUNIÃO Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Às dez horas do dia dezoito de fevereiro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Luiz Menezes e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.022/2001. Após, o Presidente submete a discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.574, 1.648, 1.831 e 1.856/2001, que são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2002.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Luiz Menezes - Bené Guedes.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia

DA 326ª reunião ordinária, EM 27/2/2002

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.918, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Santa Rita do Sapucaí. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.920, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sarzedo o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.921, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica com o Município de Bonfim. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 27/2/2002

Pauta Complementar

2ª Parte (Ordem do Dia)

Requerimentos nºs 3.113/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.116/2002, da Deputada Elaine Matozinhos; 3.119/2002, do Deputado Doutor Viana.

Ordem do dia da 77ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 27/2/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.372/2001, do Deputado Rogério Correia; 1.442/2001, do Deputado Antônio Genaro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.713/2001, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.870/2001, do Deputado Ivair Nogueira.

Requerimento nº 3.079/2002, do Deputado Geraldo Rezende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 73ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10h30min do dia 27/2/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 462/99, do Deputado José Milton; 1.570/2001, do Deputado Durval Ângelo.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.766/2001, do Deputado Agostinho Silveira; 1.453/2001, do Deputado Dimas Rodrigues; 1.752/2001, do Deputado João Leite; 1.755/2001, do Deputado Paulo Piau; 1.759/2001, do Governador do Estado.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 87ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 27/2/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.992/2001, do Deputado Fábio Avelar; 3.009/2001, do Deputado Aílton Vilela; 3.025/2001, do Deputado Marco Régis; 3.042/2001, do Deputado Arlen Santiago; 3.101/2002, do Deputado Álvaro Antônio; 3.117 e 3.118/2002, do Deputado Ermano Batista; 3.121/2002, da Deputada Maria Olívia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 76ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 28/2/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.979/2001, da Comissão de Direitos Humanos; 2.991/2001, do Deputado Bené Guedes; 3.018/2001, dos Deputados Márcio Cunha, Marco Régis e Marcelo Gonçalves.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão Especial DOS Projetos DE Prevenção de Incêndio, a realizar-se às 10 horas do dia 28/2/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão Especial da Prostituição Infantil, a realizar-se às 10 horas do dia 28/2/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

Finalidade: ouvir os convidados para esclarecimentos sobre denúncias de abuso sexual contra menores por parte de promotores da infância e juventude de Araxá.

Convidados: Srs. Daniel César Botto Collaço, Juiz de Direito; Armando Lourenço da Silva e Luiz Alexandre Cruz Ferreira, Promotores de Justiça; Major Reis, Comandante da 3ª Companhia da PM Independente; Edson Firmino de Paula, Assessor da Corregedoria do Ministério Público; membros do Conselho Tutelar da Criança e da Adolescência de Araxá; e o Deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 27/2/2002, com a finalidade de se apreciarem os vetos às Proposições de Lei nºs 14.918, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Santa Rita do Sapucaí; 14.920, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sarzedo o imóvel que especifica; e 14.921, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica com o Município de Bonfim; e de se discutirem e votarem pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 26 de fevereiro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Antônio Andrade, Maria José Haueisen e Miguel Martini, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/3/2002, às 14 horas, no antigo Cine ABI, em Lambari, com a finalidade de discutir, em audiência pública, as propostas a serem incluídas no edital de licitação da COMIG para exploração das águas minerais do Circuito das Águas - Lambari, Cambuquira e Caxambu.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2002.

José Milton, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

322ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 19/2/2002

O Deputado João Pinto Ribeiro - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo a tribuna para comunicar à Casa a apresentação de três proposições: uma emenda à Constituição, um projeto de lei e um requerimento encaminhado à Mesa, protocolado no início de fevereiro, todos ligados à questão da segurança pública.

Nos últimos tempos, tanto no Brasil quanto em Minas, particularmente em Belo Horizonte, temos assistido ao avanço da criminalidade e dos problemas de segurança. É preciso que nós, representantes do povo, demos nossa quota de contribuição no sentido de fazer avaliações e estimular ações para diminuir a criminalidade no País.

Durante muitos anos, trabalhei na segurança pública de Minas Gerais. Comecei como guarda civil e, posteriormente, como detetive. Tive a oportunidade de participar do dia-a-dia do policiamento ostensivo de Belo Horizonte. Percebo que agora é o momento de nos unirmos para tentar minimizar tantos problemas relativos à segurança das pessoas, notadamente nas grandes cidades de Minas Gerais. Encaminho à Mesa um requerimento protocolado no dia 19/2/2002. (- Lê:) "Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Deputado que este subscreve requer a V. Exa., na forma regimental, seja formulado pela Mesa um projeto de resolução, encarecendo-lhe a premente necessidade da inclusão, no art. 101 do Regimento Interno, de uma comissão permanente de segurança pública, combate ao crime organizado, violência e narcotráfico.

Justificação: A implantação de uma comissão permanente de segurança pública permitirá desenvolver políticas eficientes de auxílio ao Poder Executivo no combate à criminalidade e na organização das polícias. É premente a necessidade da efetiva participação do Legislativo nessa questão tão importante e de crescente inquietação do povo brasileiro. Quanto à iniciativa, é privativa da Mesa da Assembléia, conforme prevê o art. 66 da Constituição do Estado de Minas Gerais."

Estamos apelando à direção da Casa para que tome providências a fim de se fazer essa resolução criando a Comissão de Segurança Pública.

Estamos encaminhando à Mesa, também, uma proposta de emenda à Constituição permitindo que se armem as guardas municipais já existentes. Estamos acompanhando a existência dessas corporações em vários municípios do Estado. Creio que outras estejam nesse mesmo caminho, mas é preciso aparelhar essa guarda, para que possa contribuir, de uma forma mais eficaz, para a segurança. (- Lê:)

- A Proposta de Emenda à Constituição nº 81/2002, lida pelo Deputado João Pinto Ribeiro, foi publicada na edição de 21/2/2002.

- O Projeto de Lei Nº 1.955/2002, lido pelo Deputado João Pinto Ribeiro, foi publicado na edição do dia 22/2/2002.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte)* - Deputado João Pinto Ribeiro, antes de mais nada, conte com este Deputado para, juntos, tentarmos aprovar essas iniciativas de V. Exa. Elas vêm num momento adequado, em que a sociedade brasileira vê, atônita e com muita expectativa, um aumento crescente no índice de criminalidade.

Coincidentemente, ontem estava eu na região da Pampulha, numa reunião do Rotary Club Lagoa, a que fui convidado pelos meus companheiros do Rotary, para discutirmos sobre segurança pública. Acompanhou-me o companheiro Antônio Alves, que é Presidente de um dos Conselhos Municipais de Segurança Pública, um dos CONCEPTs da 8ª Cia. do 34º Batalhão.

Discutimos questões específicas de segurança na região da Pampulha, que são as mais diversas, com os mais diversos complicadores. Por exemplo, sábado próximo teremos o jogo Cruzeiro x Atlético. Não tenham dúvida, isto tem ocorrido em todos os jogos no Mineirão: muitas pessoas estacionam os seus carros no Bairro Bandeirantes ou em bairros vizinhos, para fugirem, às vezes, de pagar algum tipo de estacionamento, e há um verdadeiro arrastão depois desses jogos. Esse é apenas um dado. Parabéns a V. Exa.! Não vamos resolver os problemas, mas cada um tem de dar a sua contribuição. E V. Exa., conhecedor do tema como é, vem dar a sua contribuição. O que nós, Deputados, podemos fazer em relação a este momento? V. Exa. nos vem indicar o caminho, portanto é nossa obrigação aprovar essas iniciativas.

É importante que se diga que um dos ângulos dessa questão é a impunidade. Já não podemos conviver com a impunidade. O que foi o Programa de Tolerância Zero de Nova Iorque? Esse programa não pode ser aplicado aqui, porque lá tem punição e aqui campeia a impunidade. Receba o nosso apoio e o aplauso deste seu companheiro. Muito obrigado.

O Deputado João Pinto Ribeiro - Agradeço as palavras do Deputado Márcio Cunha, sempre atento aos problemas de Minas e de Belo Horizonte.

A Deputada Elaine Matozinhos (em aparte) - Quero, em nome da segurança pública de Minas Gerais, parabenizar V. Exa. pelas propostas que traz aqui. V. Exa. ocupa um lugar nesta Casa com muito orgulho e satisfação. Sei também que tem o mesmo orgulho de ser um policial civil mineiro. Isso, para nossa instituição, é também motivo de muita alegria.

Quando chegamos a esta Casa, fizemos uma proposta para a criação de uma Comissão de Defesa Social. Seria uma comissão permanente, como a Comissão de Segurança Pública, proposta por V. Exa. Minha proposta não vingou. Tratar hoje da segurança pública dentro da Comissão de Direitos Humanos, na qual muitas vezes os interesses e as discussões são extremamente conflitantes, é muito difícil. Não podemos avançar. A Comissão de Direitos Humanos não é local para tratarmos de política de segurança pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal. Enfim, não podemos tratar ali de toda a amplitude da segurança pública. Quero, neste momento, como Deputada que fez a proposta de criação de uma Comissão de Defesa Social, que lamentavelmente não vingou, dizer a V. Exa. que pode contar com meu apoio e, acredito, com o apoio da bancada do meu partido, o PSB, para que esse grande clamor da sociedade pela segurança pública seja atendido. Entendemos que é preciso uma comissão nesta Casa para resolver esses problemas da segurança. Estamos vendo o Presidente da República, o Congresso Nacional e o Ministro da Justiça mobilizando-se para atingir esse objetivo. Minas, que tem as melhores polícias do Brasil, não pode ficar parada. A Polícia Militar e a Polícia Civil de Minas são vitrines para as demais polícias do Brasil e têm de ser tratadas por uma Comissão de Segurança Pública nesta Casa. Muito obrigada pelo aparte.

O Deputado João Pinto Ribeiro - Agradeço suas palavras, Deputada Elaine Matozinhos. Creio que estamos na expectativa de um esforço, cada vez maior, das nossas polícias no sentido da inovação e ação de acordo com os novos tempos. Grande parte dos crimes e assaltos que ocorrem nesta cidade acontecem nos mesmos lugares e em horas idênticas. É preciso que a polícia continue trabalhando, lado a lado com os Promotores. Vimos, nesse caso do assassinato do Promotor, quão eficientes foram as polícias. Deveriam estar juntas em todos os casos. Esperamos agilidade nos processos da área criminal, amenizando a situação, para que possam ser punidos os culpados. Não é possível que fiquem esperando tanto tempo por julgamento. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elbe Brandão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, dois assuntos trazem-me a esta tribuna hoje. O primeiro foi iniciado pelo Deputado João Pinto Ribeiro: Minas Gerais, assim como o Brasil, necessita de uma ação austera e cooperativa. É preciso que cada cidadão assuma sua responsabilidade. Janaúba, especificamente, tem vivido em pânico. Temos e precisamos ter um ajuste e uma diferenciação nas políticas públicas do Estado de Minas Gerais.

Estamos chegando a um patamar cujo índice é quase o dobro do Estado, pois 80% dos crimes cometidos na cidade são praticados por menores com alto e baixo índices de periculosidade. Esses delinquentes não podem ficar detidos, a fim de que recebam os cuidados necessários e sejam reintegrados à sociedade, porque a nossa cidade não tem infra-estrutura para tal.

A Secretária Ângela Pace está desenvolvendo um brilhante trabalho. No entanto, é um plano piloto e precisamos de um trabalho em escala. No final do ano passado, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Edson Rezende, pediu intervenção nacional nos sistemas carcerário e de segurança do Estado. Há mais de cinco meses, solicitamos à Secretaria de Administração que enviasse a esta Casa a relação dos imóveis pertencentes ao Estado que não estão sendo utilizados. Um exemplo disso é o galpão da CASEMG, em Janaúba, que não funciona para o armazenamento de produção e poderia ser adaptado, de forma temporária, a fim de que a sociedade não vivesse em pânico.

A responsabilidade é de toda a comunidade, mas a obrigação de traçar formas mais rápidas, a fim de que possamos ter um mínimo de segurança, compete ao Governo do Estado. Por meio da imprensa, tomei conhecimento de que o Governador está liberando R\$15.000,000,00 para a Prefeitura de Belo Horizonte, destinados à construção de um túnel sob a Praça da Liberdade. Mas, na área da segurança pública, não vemos esse tipo de procedimento. Hoje, durante a votação dos vetos, tentaremos ser convencidos pelos colegas sobre a doação de imóveis para os municípios. Enquanto isso, as cadeias estão superlotadas, o povo está sem segurança e os menores sem locais onde possam ser recuperados.

Não estou criticando o trabalho desenvolvido pela Secretária Ângela Pace - o programa de perspectivas, de reeducação e de profissionalização -, que deve e será louvado por esta Deputada. Mas estamos recebendo apenas um grão de areia, e precisamos de uma praia de ações em nosso Estado. Tenho certeza de que esta Casa poderá contar com cada um dos seus pares, a fim de que encontremos uma solução. Não queremos subir à tribuna apenas para criticar, mas também para mostrar a inércia e o desrespeito com que vários Secretários têm tratado esta Casa, deixando de responder a tantos requerimentos a eles encaminhados. Começo a duvidar se realmente é um Poder.

O segundo assunto relaciona-se aos professores designados, que estão ligando para os gabinetes, denunciando a falta de compromisso e de respeito com que estão sendo tratados. No ano passado, antes de entrarmos em recesso, o Presidente da Casa, Deputado Antônio Júlio, esteve com o Governador, solicitando a prorrogação dos contratos de todos os profissionais da área da educação até 31 de março.

Nessa data, encerra-se também o nosso prazo para votar o Projeto de Lei Complementar nº 48 e a Proposta de Emenda à Constituição nº 75, que tratam do regime de previdência dos funcionários públicos do Estado de Minas Gerais.

Houve um aceno positivo, tanto que as Superintendências foram avisadas, os Diretores foram avisados de que os contratos seriam prorrogados até 31 de março, já que, no ano passado, o próprio Governador enviou a esta Casa um projeto, que foi aprovado por nós, o qual autorizava o Governador a prorrogar os contratos dos servidores até junho deste ano, tempo suficiente para conversas, diálogos e para que tantos servidores de 15, 18, 20 e 25 anos sofressem menos e fossem respeitados no processo.

No entanto, Deputado Wanderley Ávila, Presidente em exercício, isso não ocorreu. Durante as férias, período em que os Deputados não podem utilizar a tribuna, já que estão em recesso parlamentar, a cada hora a convocação era feita de um jeito. Para falar a verdade, até agora, não temos uma definição clara de todo o processo.

Foram retiradas as designações das escolas, o que, até então, era feito nas próprias escolas estaduais, com as Diretoras respeitando cada uma das profissionais e o quadro da escola. Chamaram para as Superintendências de Ensino, tiraram de 853 cidades, chegando a quarenta e poucas cidades. Então, os cidadãos de Espinosa, Mato Verde e Janaúba, por exemplo, tiveram que ir para Montes Claros. E lá foram tratados como se fossem uma boiada, sem o menor respeito. Ficaram até 4h30min da manhã e ainda tiveram que ouvir da Superintendência: "Ô turma da meia-noite, vamos calar a boca".

Outra colega estava comentando comigo que algumas pessoas foram chamadas para ginásios poliesportivos e tiveram que viajar. E, durante o processo, a cada momento, falaram-lhe que era contratada, que não era, que tinha um ponto a mais, que tinha um ponto a menos. Ao final, tiraram-lhe uma série de direitos.

Mas ainda não se definiu o quadro, porque a cada hora aparecia uma lista. Pelo que sei, já são três as listas oficiais, porque milhares de recursos estão na justiça. Legalmente, haveria um prazo de 60 dias para essa lista ser homologada e, assim, ser reconhecida pelo Estado de Minas Gerais como a que contém os nomes dos aprovados no concurso. Não fizeram nem utilizaram essa lista. A cada momento há um critério.

Finalmente, já existem vários questionamentos. Por exemplo, contam-se em dobro os pontos do funcionário que é efetivo, Deputado Durval Ângelo, para efeito de classificação no concurso. Já houve denúncias de membros das representações dos professores na região que estão com três cargos no Estado. Não sabemos de que forma isso está sendo feito. Outro exemplo: professor que fez concurso para Português está podendo computar seu tempo como professor de Inglês. Como é essa lógica? Qual é o respeito que está sendo dado a essas pessoas?

E a Superintendência respondeu que o Estado não tem nada que ver com isso, que cabe ao IMAM fornecer as informações. A direção desse IMAM era ocupada pelo Sr. Eduardo de Souza Veloso, que, no decorrer do concurso, saiu peregrinando pelo interior falando mal dos Deputados e garantindo às Serviciais que iriam passar no concurso, não sei como. Agora, Deputado Dalmo, as Serviciais foram contratadas até final de dezembro com a desculpa de que não havia o resultado do concurso.

Há uma discussão parecida nessa linha para os Auxiliares Administrativos. Só saiu resultado para Professor. Cadê a equidade, cadê o tratamento? Por que não deu tempo de sair o resultado do concurso? Aquilo de que falávamos no final do ano passado está ocorrendo. Por que tanta pressa? Por que tanto desespero? Por que não tentar fazer com que as coisas sigam a sua ordem cronológica?

Por que não esperar a votação do Projeto de Lei Complementar nº 48, que já tem parecer do Ministério da Previdência, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, que o Governo do Estado enviou para esta Casa, cuja constitucionalidade será argüida, porque o funcionário efetivo não pode ser tratado da mesma maneira que o designado? E como ficam essas professoras de 18 e 20 anos de tempo de serviço, que já estão na rua e que, no próximo mês, já não terão o salário garantido? Quem vai tomar conta delas? Como é que o Estado, que diz que "dá o direito ao funcionário designado de se aposentar", não respeita a contagem de tempo dele no Estado, para contratação? Onde está a coerência? Chamo a atenção, também, para a incoerência do Governo Federal, que diz que o funcionário que não é efetivo tem de estar no regime geral de previdência. Pergunto ao Presidente, Roberto Brant, que é nosso amigo pessoal, se ele vai autorizar seguro-desemprego para essas pessoas? Vai autorizar o valor do fundo de garantia? Vai respeitar os 25 anos de prazo, que é o que o professor tem, do direito à aposentadoria? Se elas forem para o Regime Geral Único, como estão querendo alguns, e não sei de que forma trataremos disso nesta Casa, quem é efetivo do Estado vai se aposentar com 25 anos, e as outras terão de ter 35 anos de serviço. Onde está a justiça? Onde está a legalidade? Por que, neste momento, não darmos um tempo para que até os Deputados estejam prontos para a discussão? Pois não conhecemos profundamente, não temos como nos sentar para discutir o Projeto de Lei Complementar nº 48, ainda não estamos preparados para isso. Espero que o Sr. Governador Itamar Franco não tenha ciência, na plenitude, porque disse uma coisa ao Presidente da Assembléia e, depois, sua assessoria tem agido de forma contrária. Por que deixar os professores nesse estado deplorável?

Agora tive notícia, por intermédio do Presidente, Deputado Antônio Júlio, de que as superintendências já estão voltando atrás e começando a contratar pela contagem de tempo. Onde está o respeito? Onde está o critério real de quem precisa ter servidores para formar cidadãos? Que tipo de profissional ele - o Estado - quer recrutar, se ele mesmo não está tendo critério nenhum que respeite os profissionais da educação como cidadãos de direito e de fato que reproduzem a cidadania no Estado? Acho fundamental que a Assembléia chame a si a responsabilidade que lhe é devida. Já temos a simpatia e o compromisso do Presidente da Assembléia de garantir em lei que todas as contratações, exceto aquelas que forem feitas via concurso, respeitem a contagem de tempo como primeiro critério. Aí, sim, estaremos dando o mínimo de dignidade a essas pessoas. Hoje, pela manhã, estive com o Prof. Paulo Neves de Carvalho, que virá à comissão dos funcionários designados do Estados, na próxima quarta-feira, da qual tive a honra de ter sido escolhida como Presidente, tendo V. Exa. como relator, o qual abrirá uma discussão: a justiça é objeto do direito. Sem a justiça, não há como ter o direito, não há como ter leis. Já tivemos, hoje, o pensamento tido e falado pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão, que me deixou muito satisfeita, de que ele vai lutar pelos direitos das designadas. Mas, ao mesmo tempo, essa luta não pode ser dirigida apenas para a indenização, como alguns falam, porque o Estado de Minas está falido. Se não teve dinheiro para pagar o 13º salário, o terá para pagar as indenizações que são devidas e atingem um valor que deve ultrapassar os R\$1.500.000.000,00, se formos colocar ao pé da letra, para todas as pessoas que têm tantos anos de serviço?

Sr. Presidente, estou encaminhando, para que V. Exa. faça tramitar, não um convite, porque o convite já foi feito, mas a convocação para que o Presidente do IMAM venha a esta Casa dizer o que está ocorrendo, para que diga quanto o IMAM faturou das inscrições dos professores, e são milhões de reais, para não ter competência para estar tratando do resultado desse concurso.

Então, espero que venha aqui, como disse no ano passado, quando estive rodando no interior dizendo que os Deputados que estavam engajados na luta dos designados estavam apenas atrás de voto, iludindo as pessoas. Então, espero que venha aqui e diga isso a nós, cara a cara. Espero que tenha atitude de homem, e não de moleque, pois é molecagem o que está fazendo com a vida de tantos e tantos servidores do Estado.

Espero que, antes que se inicie a discussão do Projeto de Lei Complementar nº 48 e da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, façamos um seminário colocando na mesa o Governo do Estado e o Governo Federal. Na ocasião, poderemos saber o que vamos votar e por que não vai haver ação de inconstitucionalidade. Esperamos ainda o compromisso formal de todos os Deputados de que a contagem de tempo seja considerada como primeiro critério de contratações. Assim, os servidores que trabalham há tantos anos estarão sendo respeitados. Não como cabos eleitorais, mas como professores e mestres, que estarão nas salas de aula dizendo: "Vale a pena respeitar o Poder Legislativo do Estado

e tê-lo como intermediário da sociedade nas relações democráticas. Vale a pena acreditar num Brasil justo e humano".

* - Sem revisão da oradora.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, galeria, servidores da Casa e telespectadores, estamos retomando os nossos trabalhos e cumprimentamos todos, funcionários e Deputados, que sempre participam deste trabalho. Volto a esta tribuna e a esta Casa. Mas chego a esta Casa com o coração angustiado, apertado e preocupado porque, nos meses de janeiro e princípio de fevereiro, caíram trombas-d'água em nossa região.

Com certeza, todos acompanharam pela televisão e pelas rádios que, desde janeiro, a chuva tem sido torrencial nos vales do Mucuri e do Jequitinhonha, coisa rara entre nós. Se, em muitos lugares, a vegetação está linda, com um verde forte, em alguns lugares essa chuva torrencial veio como tromba-d'água e deixou inúmeras pessoas desabrigadas e com a qualidade de vida pior.

Além disso, houve vários mortos, feridos e doentes em consequência de tanta chuva. No mês de janeiro, a chuva caiu sobretudo no vale do Jequitinhonha, prejudicando cidades que ficaram ilhadas e ainda estão, como Rubim, Almenara, Salto da Divisa e Jacinto. Nessas cidades, muitas vezes, as pessoas têm de estender suas viagens por várias horas. Por exemplo, num trecho que era de 100Km, a viagem passa a ter 200 ou 300Km a mais, pelas voltas que devem ser dadas por causa de pontes que caíram e pelas estradas que praticamente desapareceram.

Se a tromba-d'água passou pelo Jequitinhonha, provocando inúmeras vítimas, escolheu Teófilo Otôni para ser o marco da desolação. Na noite do dia 3 para o dia 4 de fevereiro, durante 12, 13 horas a chuva caiu torrencialmente, atingindo toda a cidade e fazendo vítimas em todos os bairros. Em Teófilo Otôni, foram 13 mortos e mais de 5 mil desabrigados. Quem viveu a situação, quem presenciou e quem acompanhou tem a impressão de que o dilúvio passou por ali.

Agora estamos vendo as consequências. É claro que, no auge da crise, muita gente acudiu e esteve presente. Não podemos negar a solidariedade que chegou de todos os lados, até mesmo daqueles que haviam sido atingidos e que ainda conseguiram, com algum recurso, levar ajuda para os mais flagelados. No dia 4, ainda em plena tempestade, todo o povo da cidade se movimentou. O Governador esteve presente. Sobrevoou, desceu, prometeu, acompanhou e viu o que estava acontecendo. Com ele, Secretários, o Presidente da COPASA, o Presidente da CEMIG. Aos poucos a água ia descendo, e as pessoas começaram a tirar a lama de dentro de casa.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Perfeitamente. Quero, antes de mais nada, cumprimentá-la, Profa. Maria José, pelo seu pronunciamento. Tenho certeza absoluta de que todo esse relato foi presenciado e vivido pela senhora. Realmente, os vales do Jequitinhonha e do Mucuri, que a senhora tão bem representa nesta Casa, viveram talvez um dos piores momentos da sua existência. A mesma coisa aconteceu na nossa região. Gostaria de ressaltar que mais que nunca será necessário que façamos uma forte pressão sobre o Governo Federal para que ele socorra os milhares de famílias. Ainda esta semana, o Secretário da Habitação, Ronaldo Perim, vai correr toda a região levando os convênios. São mais de R\$7.000.000,00 liberados em caráter de urgência para recuperar cerca de 4 mil casas e reconstruir outras 1.900, principalmente na região que V. Exa. representa. Também estamos vendo um esforço grande da Secretaria da Saúde na distribuição de "kits" de emergência que têm ajudado demais, principalmente a população carente. Quero fazer coro com as suas palavras, dar as mãos a V. Exa., grande professora e parlamentar, e convidá-la para que façamos - juntamente com outras ações que estão sendo coordenadas, como a do Márcio Kangussu - um mecanismo urgente de pressão sobre o Governo Federal para que socorra o Mucuri, o Jequitinhonha e o Norte de Minas neste momento de tanta dor e tanta dificuldade causada pelas chuvas que tanto queríamos. Elas vieram de forma tão violenta e tão avassaladora que trouxeram a dor para nossa gente. Parabéns pelo seu pronunciamento e conte com nosso apoio e nosso trabalho.

A Deputada Maria José Haueisen - Muito obrigada, Deputado Carlos Pimenta, agradecemos e queremos participar desse trabalho, até mesmo porque já encaminhamos à Mesa dois requerimentos - um, pedindo audiência pública para que possamos discutir esses problemas e outro, pedindo uma comissão especial para acompanhar toda essa calamidade e todo esse desastre que tem nos atingido.

Lembro que essas trombas-d'água têm sido anunciadas. Parece que, quando chegam, é uma surpresa para todos, mas vêm fazendo parte de um ciclo, ocorrendo a cada 11, 12 ou 13 anos na região. Foi o que aconteceu em 1962, 1979, 1982, 1992 e agora, em Teófilo Otôni, em 2002, de maneira como nunca aconteceu.

O Deputado Antônio Genaro (em aparte)* - Sra. Deputada, lembro-lhe que, graças a Deus, em momento de catástrofe, presenciamos a união dos Deputados representantes das várias regiões do Estado.

A Deputada Maria José Haueisen sabe perfeitamente que a Igreja do Evangelho Quadrangular tem estado presente nesses momentos, juntamente com outros segmentos religiosos e sociais. Contra as forças da natureza o homem não tem grande poder, mas as autoridades precisam olhar esse assunto de forma preventiva. Graças a Deus, nos momentos mais difíceis da sociedade mineira e brasileira, a Igreja do Evangelho Quadrangular tem estado presente, inclusive antes de acontecerem as catástrofes.

A Deputada Maria José Haueisen - É verdade o que acaba de falar o Pastor.

Há uma frase, muito usada por Fernando Henrique: "É na crise que se cresce". Trata-se de conversa fiada, enganação, pois crise não faz ninguém crescer. A crise ocasiona dificuldade. É o mesmo que diz o ditado popular: "É topada que leva pobre 'pra frente". Quem de nós quer levar uma topada para ir "pra" frente? A crise causa desequilíbrio, constrangimento, mas cria solidariedade, e foi o que vimos em Teófilo Otôni.

O Deputado Kemil Kumaira (em aparte)* - Deputada Maria José Haueisen, V. Exa. tem seu nome inscrito entre os grandes parlamentares desta Casa. Representando Teófilo Otôni, o vale do Mucuri e o Jequitinhonha, não seria outro seu comportamento senão o de assumir esta tribuna, descrevendo o sofrimento do povo da nossa região da forma como se apresentou. Teófilo Otôni padeceu não só pelos mortos, mas também pelos prejuízos materiais. Mas continua esperando o apoio dos Governos Estadual e Federal, a fim de que se recupere.

Parabenizo-a pelo seu trabalho, pela forma como agiu diante do quadro que se apresentava, coordenando, com os funcionários de seu gabinete, o movimento SOS Teófilo Otôni, com a remessa de doações para aquela localidade. Como Deputado do PSDB, como Vice-Líder, nesta Casa, do partido do Presidente da República, procurei apoio no Governo Federal, tendo encontrado a maior sensibilidade por parte de seus integrantes, que, através dos Ministérios da Integração Nacional e da Saúde, dispuseram-se a ajudar Teófilo Otôni e as demais áreas atingidas do Estado. Estamos aguardando que os Governos Estadual e Federal ajudem, com urgência, a sofrida população da nossa querida Teófilo Otôni. Obrigado.

A Deputada Maria José Haueisen - Muito obrigada, Deputado Kemil Kumaira. É importante a sua fala, uma vez que o Ministério da Integração Nacional deve procurar o do Planejamento para reivindicar essas verbas que têm que chegar à nossa região. É importante que estejamos unidos, todos os Deputados, principalmente aqueles que têm voto em nossa região. Espero que possamos fazer uma comissão especial, audiências públicas e buscar recursos junto a quem tem a chave do cofre, para garantir que não fiquemos apenas no paliativo.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer as contribuições recebidas pelo SOS Teófilo Otôni. Imediatamente chegaram alimentos e roupas, que já foram transportados por um caminhão-baú. Contamos com a participação dos filhos e amigos de Teófilo Otôni e da Assembléia, que se prontificou a recolher as doações, e também do Rodoviário Ramos. Já temos materiais armazenados, quase enchendo um novo caminhão.

Deixo meu agradecimento muito especial aos funcionários desta Casa que ajudaram e coordenaram o movimento e àqueles que, anonimamente, depositaram a sua contribuição.

Nesta semana, ainda estaremos recolhendo ajuda. Passada a crise maior, resta ao poder público fazer, de fato, aquilo que o povo precisa: reconstruir casas e não permitir construção em área de risco, pois a maior parte das vítimas foi atingida por soterramento. Muito obrigado a todos, principalmente aos funcionários desta Casa.

O Deputado Wanderley Ávila - Sr. Presidente e demais membros da Mesa, venho hoje a esta tribuna, na condição de parlamentar que também tem a honra de representar nesta Casa os interesses da região do Alto Jequitinhonha, a fim de manifestar, com isenção e espírito público, meu pensamento sobre um assunto relevante de interesse daquela sofrida população de nosso Estado.

Está em funcionamento nesta Assembléia, como todos sabemos, a CPI das Carvoarias, já realizando a sua 10ª Reunião Ordinária, sob a Presidência do Deputado Adelmo Carneiro Leão, e reunindo, em sua composição, um elenco de brilhantes e atuantes Deputados.

Tendo por finalidade investigar as condições de trabalho dos profissionais que atuam na indústria extrativa de Minas Gerais, esta CPI já apresenta um importante acervo de resultados, realizando, no cumprimento de seus objetivos, um trabalho intensivo e meritório, reconhecido por todos nós.

Na condição de membro da Mesa da Assembléia, estou impedido, por norma regimental, de ter assento nas comissões permanentes ou especiais de nossa Casa, tendo também o dever de apoiar as iniciativas institucionais que o Poder Legislativo desenvolve em todos os âmbitos da atividade parlamentar.

Tal contingência não me impede, porém, de manifestar, pela fidelidade que devo à minha representação política, à parcela da população que me honra com o mandato parlamentar, o meu pensamento sobre um aspecto central da atividade econômica de produção de carvão vegetal na região do Jequitinhonha.

Ao visitar-se uma ou outra pequena bateria não pertencente à ACESITA nem a empreiteiros seus, encontraram-se condições de trabalho que podem ser classificadas como desumanas. Mas isso não representa a realidade, pois a produção de carvão vegetal na região do Jequitinhonha também é desenvolvida pelos sérios empreiteiros da ACESITA. São homens honrados e comprometidos não apenas com a preservação do meio ambiente, mas também com o bem-estar dos seus empregados, aos quais eles oferecem roupas apropriadas para o desenvolvimento da atividade, água limpa e equipamentos necessários para o aquecimento de suas marmitas.

A inspeção realizada naquelas baterias é um fato isolado e não retrata de forma generalizada a situação da atividade carvoeira executada pelos empreiteiros da ACESITA. O flagrante que aconteceu num local em que trabalhadores, homens acostumados a trabalhar sob o sol inclemente, lutavam pela sua sobrevivência, o qual foi veiculado com estardalhaço pela mídia, não pode ser aceito como um fato representativo de exploração do ser humano.

Por conhecer de perto o trabalho de dezenas de empreiteiros, entre os quais Luciano Alves, Luís Carlos Freire, Luiz Ambrósio, Sebastião Carneiro, Erildo Gomes e tantos outros, afirmo, sem medo de errar, que devemos cuidar de não lançar no descrédito ou no desprezo da opinião pública entidades, empresas e prestadores de serviços que têm sido fundamentais como instrumentos de geração de emprego e de renda numa região altamente desfavorecida em termos sociais e econômicos.

A atividade de carvoejamento no vale do Jequitinhonha - e refiro-me aos projetos de exploração racional de extração vegetal, mediante plantios e reflorestamento - emprega numerosa mão-de-obra não especializada, ocupando terras de valor marginal, já que são pouco adequadas à exploração agrícola.

Precisamos, sim, estimular os programas e estudos que, ao longo do tempo, instituições de reconhecida credibilidade, como a Fundação João Pinheiro e o CETEC, desenvolveram com o objetivo de otimizar o uso do carvão vegetal em Minas Gerais.

Há mais de 20 anos, trabalhos de pesquisa, em parceria firmada pela ACESITA com a Universidade Federal de Viçosa, voltados para a formação de pessoal e de novas tecnologias, introduziram importantes inovações no setor.

No campo empresarial, por exemplo, a ACESITA vem atuando há quase 30 anos no vale do Jequitinhonha, tendo ali, atualmente, cerca de 900 empregados diretos, em atividades de produção de mudas, plantio e conservação de florestas. Queremos destacar aqui o trabalho de campo coordenado diretamente pelo Superintendente Regional, Fábio Fonseca, sob a atenção do Diretor de Florestas, Dr. Paulo Sady, e o compromisso assumido com esse empreendimento sócio-econômico pelo atual Diretor-Presidente da Acesita Energética, Dr. Rubens Teodoro.

No momento, com o apoio da Acesita Energética, estão em operação em Itamarandiba, Minas Novas, Capelinha, Turmalina e Veredinha cerca de 1.000 fornos, produzindo em torno de 70.000m³ de carvão por mês, sendo 40.000m³ próprios da ACESITA e 30.000m³, terceirizados e destinados à própria ACESITA e ao mercado.

E essa atividade se expande num contexto sócio-econômico que hoje abrange aproximadamente 600 empreiteiros, responsáveis pela geração de quase 6 mil empregos diretos e indiretos naquela região. Há, ainda, o trabalho de aproveitamento do material de destoca - que alcança numerosos pequenos produtores, numa atividade que representa, praticamente, a sua única fonte de subsistência.

Trago, assim, um testemunho do contato direto com essa realidade do vale do Jequitinhonha, tendo por propósito contribuir para uma visão integrada dessa importante atividade econômica e social.

Reconhecendo, pois, o trabalho que vem sendo desenvolvido nesta Casa, na CPI das Carvoarias, gostaria que este meu testemunho servisse como mais um elemento de reflexão sobre o tema.

Apontando as distorções que possam ser identificadas no setor e lutando para sua correção, esta Casa deve considerar, ao mesmo tempo, a perspectiva da retomada de políticas públicas, de programas e projetos voltados para o aperfeiçoamento, a melhoria das condições de trabalho e o aumento da produtividade dessa atividade de estratégica importância para a vida social e econômica do vale do Jequitinhonha. Muito

obrigado.

O Deputado Ivo José* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, pessoas que nos acompanham das galerias e pela TV Assembléia, neste momento, unimo-nos aos servidores desta Casa e prestamos merecida homenagem a uma pessoa que nos deixou há dois dias, mas que certamente permanecerá eternamente na lembrança de todos aqueles que, nesta Casa, tiveram o privilégio de usufruir do seu convívio.

Prestamos aqui nossa homenagem à funcionária Maria Ignez Bouere Abijaudi. Proveniente do Tribunal de Alçada, em 1981, Maria Ignez veio para a Assembléia, onde prestou seus serviços aos Deputados, tendo trabalhado nos gabinetes de João Navarro e Manoel Conegundes.

Na segunda metade da década de 80, trabalhou na antiga Coordenação de Pareceres, espécie de embrião da atual Consultoria.

Na verdade, foi na Consultoria que essa advogada de extraordinária sensibilidade política e social teve sua mais relevante atuação. Vocacionada que era para a defesa dos fracos e injustiçados, não me admira que seu trabalho mais significativo tenha sido na Comissão de Direitos Humanos. Na década de 90, Ignez atuou como assessora da Comissão de Direitos Humanos em quatro CPIs: a que investigou o trabalho escravo nas carvoarias de Minas Gerais, em 1994; a que investigou a prostituição infantil no Norte de Minas, em 1996; a que investigou as condições dos estabelecimentos carcerários do Estado, em 1997; e a que investigou a destinação dos arquivos do extinto DOPS, em 1998. Seu trabalho não era apenas o de um técnico. Seu senso de humanidade e justiça a direcionava sempre para o humano. Certa vez, por ocasião de uma visita à carceragem do Departamento de Investigações, em 1997, surpreendeu a todos os colegas o interesse, o desprendimento e o carinho com que coletava, através das grades, os pedidos escritos dos presos.

Ao contrário da maioria das pessoas, que se mantinham a uma distância prudente das celas, Ignez não tinha temores ou constrangimentos em se aproximar dos presos e falar com eles de perto. Seu envolvimento emocional com os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos era tamanho que, muitas vezes, íamos encontrá-la profundamente triste, inconformada com as situações de desajuste, humilhação e crueldade a que tantos seres humanos são submetidos.

Mas, mesmo nesses momentos, ela não perdia a esperança: sempre acreditava em soluções para os problemas. Muitos projetos de lei importantes desenvolvidos por esta Casa contaram com sua valiosa contribuição, como o que instituiu o Programa de Proteção a Testemunhas, transformado na Lei nº 13.495, de 2000. Com seu inesgotável bom humor e sua admirável presença de espírito, acabava afirmando a possibilidade do ser humano de, com sua ação, com sua participação política, mudar os destinos do País e do mundo. E afirmava isso com muita paixão. Não media esforços quando se tratava de cuidar de questões de grupos sociais que estão à margem da sociedade industrial e financeira, como o caso dos trabalhadores sem terras e dos povos indígenas.

Além de a paixão ter orientado sua militância política e sua opção partidária, determinou também sua dedicação a duas outras causas: o futebol - era uma atleticana convicta - e o teatro. No teatro, Ignez deu vazão a seu talento e sensibilidade: atuou como atriz e estava, ultimamente, iniciando-se nos segredos da iluminação. Também na arte buscava caminhos para um mundo mais humano. Prestes a deixar a assessoria da Comissão de Direitos Humanos - aliás, ela o fez por razões de saúde -, elaborou um projeto de teatro para cadeias e presídios, a ser desenvolvido pelo pessoal do teatro da Assembléia. Seu intento era unir a área de teatro da Assembléia, para onde seria transferida, com sua experiência na área de direitos humanos, oferecendo aos presos uma atividade cultural.

Sua trajetória nesta Casa é suficiente para dar a dimensão de seu compromisso social e de sua generosidade. Com sua partida, Ignez nos deixa várias lições. Uma delas é que nossas limitações de saúde não podem imobilizar-nos e impedir-nos de atuar com naturalidade e prazer, ainda que as situações a que o trabalho nos exponha sejam, às vezes, difíceis de encarar; outra é que a alegria e o bom humor devem ser o oxigênio de nossas relações, assim como o carinho e a atenção para com o outro e a capacidade de ouvi-lo.

No momento em que seu corpo ia ser encerrado de vez no caixão, nosso amigo Pe. Henrique Faria lembrou a frase feliz de Guimarães Rosa: "As pessoas não morrem, ficam encantadas". Quem sabe, hoje, em que palcos Ignez estará representando o seu papel ou irradiando a sua luz? Nós, que aqui ficamos e a vimos em plena ação, mais uma vez deixamos para ela nosso aplauso.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Quero apenas dar também o meu testemunho sobre essa pessoa extraordinária. Muito mais do que uma técnica exímia, competente e dedicada, Ignez foi uma pessoa com profunda humanidade. Quero apenas deixar registrado que, dentro dessa concepção de Guimarães Rosa, a Ignez está encantada.

Concluo minha reflexão com o pensamento do Eduardo Galeano, que, de maneira muito bonita, diz o seguinte: "Ela está ali. Dou dois passos, ela afasta dois passos. Caminho dez passos, ela corre dez passos". Para que serve a utopia? Serve para caminhar. Ele coloca a utopia no horizonte. Vejo que a utopia hoje está com a luz mais brilhante, mais poderosa, porque está reforçada pelas energias mais positivas e belas da Ignez. Ela, no seu encantamento, faz com que a utopia seja o guia da nossa caminhada na construção de um Brasil e de um mundo melhores. Um mundo melhor é possível.

O Deputado Ivo José - Sabemos que é muito pouco o que estamos fazendo aqui, muito pouco do que a nossa querida Ignez Abijaudi, nossa querida Ignez, merece. Muito obrigado. Ela continua presente em nossa utopia.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha, passamos o recesso acompanhando o noticiário local, o regional e o nacional a respeito dos episódios que envolveram segurança pública no nosso País, no nosso Estado e, conseqüentemente, no nosso município. Como é normal, várias personalidades deram entrevistas, pronunciaram-se e participaram de debates sobre esse assunto de que vivemos falando desta tribuna desde o dia 1º de fevereiro, quando tomamos posse nesta Assembléia de Minas.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que várias das medidas que estão sendo anunciadas na área de segurança pública e que já deveriam ter sido implementadas já foram apresentadas por nós como propostas de emenda à Constituição, como projetos de lei, como projetos de lei complementar nesta Casa. Por várias oportunidades, ocupamos esta tribuna para pedir ao Governador Itamar Franco que questionasse o Comandante-Geral da Polícia Militar e o Secretário de Polícia Civil, Dr. Márcio Domingues, com o intuito de que as coisas começassem a funcionar, que pudéssemos verdadeiramente fazer algo imediato pela segurança pública. Contudo, infelizmente, como sempre, a classe média e demais segmentos só passam a se pronunciar ou a sentir essa necessidade quando alguém desse extrato social se transforma em vítima.

Houve a morte daquela moça dentro de um ônibus no Rio de Janeiro. Logo em seguida, o Governo Fernando Henrique lançou o Plano Nacional de Segurança Pública. Três meses depois, esse plano estava engavetado, e as mortes continuaram a acontecer. Isso porque a imprensa nacional deu destaque para aquele episódio. Mais recentemente, aconteceu a morte do Prefeito de Campinas, conhecido como Toninho do PT. Logo em seguida, outro fato chamou bastante a atenção da mídia, que foi a morte do Prefeito Celso Daniel, de Santo André. Por último, ocorreu o brutal assassinato do Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego, há cerca de 30 dias.

Entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembléia, que medidas poderiam ser tomadas muito antes. Cobramos muitas dessas medidas desta tribuna.

Houve a fuga da delegacia de Ibirité, quando um Detetive foi agredido com coronhadas na cabeça porque tomava conta, durante o seu plantão, de 70 presos. Aconteceram várias fugas depois disso. Um ano depois de ter falado sobre esse assunto, ocupei a tribuna para dizer que ocorreu nova fuga na mesma delegacia, e, novamente, os policiais foram agredidos.

Com todo o respeito que temos pelos membros do Ministério Público, que temos pelo ser humano, pelo Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego, assassinado de forma covarde, de forma que a sociedade não pode aceitar, não vi nenhuma força-tarefa ser criada para o cidadão excluído socialmente que está morrendo no dia-a-dia. Não vi nenhuma força-tarefa ser criada quando os policiais da delegacia de Ibirité foram agredidos com coronhadas. Não vi nenhuma força-tarefa ser criada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando daqui denunciei que, nos anos de 1998, 1999 e 2000, 21 policiais militares foram mortos nos confrontos do dia-a-dia.

Fico me perguntando: esse cidadão que morre assaltado - aquele que chamam de 3P -, o excluído da sociedade, que morre sendo vítima de estupro, como no caso que denunciei desta tribuna, acontecido no Distrito de Tejuco, na cidade de Esmeralda, em que o pai teve sua filha de 9 anos estuprada, morta e com as vísceras para fora, quando voltava da escola, tem a força-tarefa criada por esse motivo? Fico me questionando, Sr. Presidente: Será que esses cidadãos pobres, que morrem todo dia, não merecem força-tarefa? Merecem. Mas será que alguém cobrou, desta tribuna, a força-tarefa? Cobramos. Cobramos diuturnamente. Não só cobramos, mas eu, a Deputada Elaine Matozinhos e outros companheiros apresentamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, que subordina Polícia Civil e Polícia Militar ao mesmo Secretário. Hoje temos o Secretário da Polícia Militar na figura do Comandante-Geral, Cel. Álvaro. Temos o Secretário da Polícia Civil, não temos Secretário da Segurança Pública do Estado, porque não chefia as duas polícias. Nosso companheiro, Deputado Edson Rezende, assiste diuturnamente as vítimas que chegam até ele, pedindo socorro. São pessoas pobres, humildes, que sequer têm voz e vez neste Estado, pedindo socorro e que o Deputado ceda sua voz. Mas não temos força-tarefa, Deputado Edson Rezende, para apurar crime contra o favelado. Não temos força-tarefa para apurar crime contra um negro, contra um excluído da sociedade, contra o pobre e o desvalido. Mas temos força-tarefa se for morto um Deputado, um Secretário de Estado, um Desembargador, um Coronel, um Delegado, um Juiz, um Prefeito. Não que o caso não requeira, porque temos de ter um respeito de igual tamanho para todos os cidadãos com relação à questão humana, à vida. Qualquer leigo que for perguntado se a força-tarefa foi eficaz vai dizer que sim, porque ali o Delegado de Polícia trocava informação com o Major e com o Coronel diuturnamente, trabalhando de forma conjunta, atuando em defesa da sociedade. Ali, sim, o Ministério Público fez o seu real papel, não se colocando distante da polícia. Hoje, infelizmente, com todo o respeito que temos pelos Promotores, eles estão distantes do aparelho policial. E os Juizes, por sua vez, estão distantes dos Promotores. Não há como fazer segurança pública se essas autoridades não tiverem compromisso de estar próximas, trabalhando de forma conjunta e coesa.

Na edição de domingo do "Estado de Minas", dia 17 de fevereiro, tivemos a notícia: "Detetive baleado ao parar no sinal". O articulista, Eduardo Aquino, diz o seguinte: "O Detetive Leonardo Rodrigues da Silva, 25 anos, lotado na seccional de Venda Nova, foi baleado ontem pelo mesmo método utilizado pelos assassinos do Promotor Francisco José Lins do Rego". Aqui fica, mais uma vez, a pergunta: Criou-se força-tarefa para apurar a tentativa de homicídio contra o Detetive? Não. Mas a qualquer leigo que se perguntar se a força-tarefa é boa para apurar crime ele dirá que sim, porque teremos Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal e Ministério Público trabalhando em conjunto. E a pergunta que se faz, Sr. Presidente, é por que isso não é feito todo dia, por que não temos força-tarefa para apurar os crimes contra o favelado, aquele desconhecido, aquele cidadão que não tem vez nem voz. É isso que estamos cobrando desta tribuna, desde que aqui chegamos, porque fazer Polícia Civil e Polícia Militar sentarem na mesma mesa é difícil, é quase impossível, só não será impossível se a sociedade tomar consciência de que paga duas polícias para fazer serviços desencontrados.

Que paga duas polícias que sequer se sentam juntas à mesa, mesmo com um decreto baixado pelo Sr. Governador.

Sr. Presidente, temos o Decreto nº 41.429 e a Resolução Conjunta nº 1/2000, de 20/11/2000, entre a Polícia Militar e a Secretaria de Estado da Segurança Pública. Essa resolução, em seu art. 9º, determina que as Polícias Civil e Militar, o Conselho Superior de Polícia Civil e o Alto Comando da Polícia Militar realizarão reuniões trimestrais para discussão de assuntos operacionais ou administrativos de interesse comum. Deputado Adelmo Carneiro Leão, houve alguma reunião? Até hoje não houve nenhuma reunião, apesar de o Governador haver baixado um decreto.

Por isso, insisto na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, que subordina a Polícia Civil e a Polícia Militar ao mesmo Secretário. Sr. Presidente e Srs. Deputados, não quero dizer que a falha de segurança pública é apenas por causa do aparelho policial. Temos medidas que devem ser tomadas em nível federal, como a reforma do Código Penal, do Código de Processo Penal e atuação na área federal. E há medidas que devem ser tomadas pela Casa. Até hoje não tivemos vontade política, porque isso está ultrapassado. Vontade política é história para boi dormir. Não tivemos na Casa coragem para votar a proposta de emenda à Constituição. Isso acontece porque as Polícias Militar e Civil fazem pressão. Vamos ficar esperando mais e mais pessoas morrerem para que o aparelho policial dê a devida resposta?

A Deputada Elaine Matozinhos (em aparte) - Nobre Deputado Sargento Rodrigues, primeiro quero dizer do esforço de V. Exa, do meu e do Deputado Cabo Morais, desde que chegamos nesta Casa, para tratar da questão da segurança pública. A nossa preocupação sempre foi muito grande, porque, além de conhecedores dos problemas - estivemos nessas instituições em serviço operacional -, estávamos vendo, na realidade, que a criminalidade estava tomando um rumo que, ainda em Belo Horizonte, graças a Deus, está sob controle.

Depois da fala do Deputado João Pinto Ribeiro, também policial, queria dizer a V. Exa. que a nossa proposta de emenda à Constituição, da integração das instituições - como V. Exa. disse, não se teve coragem de votá-la na Casa -, foi muito mais pela pressão dos nossos amigos da Polícia Civil. Quero dizer a V. Exa. que a Polícia Civil sempre foi favorável a isso. Tivemos uma discussão com a cúpula da Polícia Civil e com a sua base. A Polícia Civil nunca teve restrições. Sabemos - e V. Exa. sabe muito bem - que a restrição tem vindo dos oficiais da Polícia Militar. Neste momento, precisamos que os nossos oficiais se dispam um pouco de suas vaidades e entendam o quanto isso é importante.

Temos ainda outros projetos muitos importantes. Temos, por exemplo, o projeto do Gabinete de Gerenciamento de Crises, que se encontra na Casa. Aliás, precisamos derrubar o parecer da Comissão de Justiça. Acho que todos os Deputados e, de forma especial, nós, os três Deputados que carinhosamente até nos chamamos de bancada da segurança, precisamos envidar esforços no sentido de se criar a Comissão de Segurança Pública. Hoje querem criar o Ministério da Segurança Pública. Nossa Casa não pode tratar de questão de segurança humana dentro da Comissão de Direitos Humanos. V. Exa. esteve lá e viu que não há condições de trabalhar a segurança pública dentro da Comissão de Direitos Humanos.

Sei que não há condição porque, ao longo de nossa vida, vimos, muitas vezes, conflitos e conflitos, em proporção preocupante, entre a nossa Comissão e o trabalho desenvolvido pelas nossas polícias. Acontece que temos cidadãos de bem e policiais que estão morrendo. Precisamos fazer com que Minas Gerais continue com as suas Polícias Civil e Militar como polícia das vitrines do Brasil. Em Minas Gerais, temos as melhores polícias do Brasil.

Esta Casa, neste momento, também atendendo requerimento do Deputado João Pinto Ribeiro, vai criar comissão para tratar dessa questão. O primeiro clamor da nossa sociedade é por segurança pública. Sabemos que o Estado tem que investir no ser humano, na família, na educação para que não permaneçamos no nível de violência e criminalidade em que estamos. Mas, já que não investiu e que temos que atacar as conseqüências, que tenhamos condições, nesta Casa, de trabalhar todos os projetos de segurança de forma absolutamente em sintonia com os

anseios da nossa sociedade e com liberdade dentro da nossa comissão. Você assinou, eu assinei, Cabo Morais assinou. A criação da Comissão de Defesa Social não foi para a frente por pressão de alguns parlamentares. Hoje o quadro é outro, hoje a sociedade clama por isso. Esperamos que nesse primeiro momento possamos estar juntos nessa grande frente pela segurança. Parabéns a V. Exa. por tudo que já fez e, tenho certeza, fará. Conte com uma parceira nessa luta, que é de mineiros e de todos os brasileiros. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço as palavras da nobre Deputada Elaine Matozinhos. Não é apenas o Deputado Sargento Rodrigues e outros desta Casa que pensam que verdadeiramente precisamos integrar o aparelho policial. Em entrevista ao jornal "Estado de Minas" de 4 de fevereiro, o Cel. José Vicente, da Reserva da PM de São Paulo, que já esteve nesta Casa em fórum, diz o seguinte a respeito das Polícias Civil e Militar: "O ponto mais fraco do nosso sistema de prevenção de crimes está justamente no formato policial que temos, que já se esgotou completamente. Não podemos separar a função policial em duas partes. Ainda que isso tenha tido lógica um dia, é como ter na mão um copo de leite com café e tentar separar as duas coisas. A função policial de prevenção e investigação do crime é uma só, e custa caro ter dois centros de operações. Custa caro ter duas instalações - uma de uma companhia e outra de uma delegacia -, duas academias. Além disso, não dá mais para manter aquele sistema em que a Polícia Militar faz o trabalho preventivo e a Polícia Civil faz a investigação. Tem que trabalhar pensando na investigação e ao mesmo tempo no policiamento ostensivo. Se ambas as polícias estão trabalhando numa mesma região, é preciso trabalhar com o mesmo banco de dados".

Além disso, temos aqui a revista "Veja", do dia 30 de janeiro, com a matéria que fez com William Bratton, Chefe de Polícia de Nova Iorque, que implantou o Tolerância Zero. Uma das perguntas da revista: "O Brasil pode vencer o crime? Qual é o diagnóstico da situação brasileira?". William Bratton responde: "O Judiciário não funciona. Os policiais não trabalham em harmonia com os Promotores, que não atuam em conjunto com os Juizes. As prisões são uma piada de mau gosto. Os criminosos têm mais controle sobre elas que o Governo. A Polícia Militar não trabalha em consonância com a Polícia Civil". William Bratton sabe que as duas polícias daqui não têm contato uma com a outra. De lá sabe que não há integração, troca de informações. Não é possível que tenhamos que convidar o Chefe-de-Polícia de Nova Iorque para falar de um assunto que estamos falando desta tribuna há dois anos: a necessidade de integração do aparelho policial.

O Deputado Anderson Aduato (em aparte)* - Sr. Deputado, sempre que vemos um crime bárbaro sendo cometido percebemos que as autoridades, em todas as áreas responsáveis pela segurança pública, praticam o chamado espasmo, quando todos se pronunciam, todos falam. Depois o fato cai no esquecimento, a mídia não dá a devida cobertura, e nada mais se faz. Fizemos um estudo sobre a violência, muito bem elaborado, que contou com a participação de todas as entidades preocupadas com o assunto segurança pública e aumento da criminalidade e violência". Percebemos que o trabalho foi feito e que tudo o que o Governo Federal diz hoje ser necessário encontra-se no referido estudo.

O Gen. Cardoso, que cuida da segurança institucional da Presidência, esteve nesta Assembléia, quando foi dito que esta Casa estava levando a discussão pelo caminho certo, ouvindo a comunidade. Naquele momento, ouvimos propostas, que são as mesmas hoje apresentadas pelo Governo Federal. Vale lembrar que, àquela altura, o grande projeto do Governo Federal para amenizar a questão da segurança era a iluminação pública, sendo que recuou nessa proposta devido ao chamado apagão. Constatamos, portanto, que nada foi feito.

Sr. Presidente, em reunião realizada ontem com o Presidente da Assembléia, Deputado Antônio Júlio, houve um acordo entre os participantes da Mesa anterior, responsável pela produção de todo esse material, quando ficou claro que não mais é possível discutir o assunto. Todos já sabem o que precisa ser feito. O Deputado Sargento Rodrigues, com sua experiência anterior como policial, coloca o assunto com grandeza. Existem coisas elementares que podem ser implementadas, tais como a unificação das ações. A unificação das polícias chega a ser uma agressão às nossas forças policiais, porque não existe clima político, no momento, para isso. Mas já que não conseguimos avançar no assunto poderíamos deixar de lado a discussão sobre a unificação das polícias e partir para a unificação das ações. O seminário sobre segurança, promovido pela Assembléia em conjunto com outras entidades de Minas, produziu um documento claro, contendo propostas que precisam ser implementadas. O Governo não conseguiu, na prática, avançar. Todos já sabem o que deve ser feito, e faz-se necessária vontade política para implementar as ações. Quando fui Presidente da Casa, o próprio Governador disse-me não haver como fazer a unificação. Não discutirei a questão, mas se achamos que deve ser feito, não vamos constranger o Governador. Exatamente por isso, apresentei uma emenda fazendo valer o comando único a partir de janeiro de 2003. Avançaremos no que for possível na fase final do Governo Itamar Franco e faremos com que as coisas fiquem mais bem definidas a partir de 2003. Tenho a certeza de que as forças policiais não têm como fazer essa integração de ações, pois isso tem de vir de cima para baixo, de decisão da sociedade, capitaneada pelos parlamentos. Precisamos definir em leis as ações a serem implementadas, já que um decreto do Governador não conseguiu fazer com que as polícias avançassem nesse assunto. Na minha avaliação, precisamos fazer nossa parte, dar respostas à sociedade, fazendo com que, a partir do momento em que existam leis, nossas polícias possam cumpri-las, trabalhando conjuntamente pela sociedade. Obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, encerrando, gostaria de dizer que o Deputado Anderson Aduato contribuiu muito nesse aspecto quando presidia a nossa Casa. Esta Casa aprovou o Projeto de Lei nº 1.235, de minha autoria, e o Governador sancionou a Lei nº 13.968. Essa lei determina o acesso comum às informações e ao arquivo criminal. E a última notícia que tive foi que a Polícia Civil, a Secretaria da Segurança Pública, não quer fornecer os dados.

Então, fica o apelo ao Governador: V. Exa. sancionou um projeto de minha autoria, que foi votado por esta Casa. Tinha previsão para entrar em vigor quatro meses depois, mas a Polícia Civil não quer repassar as informações referentes ao arquivo criminal para a Polícia Militar. Portanto, Governador, não dá para avançar em segurança pública com as duas forças policiais resistindo a cumprir uma lei votada por esta Casa e sancionada por V. Exa. Não dá para avançar em segurança pública quando o decreto do Governador não consegue sair do papel. Não dá para esta Casa continuar de braços cruzados. Vamos votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, vamos votar a subordinação das duas polícias a um único Secretário, porque assim teremos chance de proceder à integração e, conseqüentemente, prestar um serviço de melhor qualidade ao povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, parlamentares, assistências, telespectadores da TV Assembléia, trago ao conhecimento do Plenário uma nota triste, formalizada por meio de requerimento assinado pelos integrantes da Bancada do PSDB, para que seja consignada nos anais da Casa moção de pesar pelo falecimento do empresário Renato Borges Martins, ocorrido nesta data. Requerem, ainda, seja dado conhecimento da manifestação à família do falecido, no endereço indicado. O empresário era irmão do Deputado Amílcar Martins, e neste momento queremos, de público, levar nossa mensagem de condolências a ele, seus familiares, enfim, a todos que sentem de perto a perda desse honrado cidadão.

Sr. Presidente, temos assistido, nos últimos meses e, de maneira mais enfática, nas últimas semanas, a um acirrado debate em nível nacional sobre a segurança pública. Obviamente, repercutindo esse quadro, a Assembléia de Minas vem se mobilizando, com diversos pronunciamentos, como os de hoje. Como é do conhecimento desta Casa, estamos apresentando um projeto de resolução visando à criação de uma Comissão de Segurança Pública. A razão que nos leva a formular a proposta está aí, ao alcance de todos, porque afeta a todos, indiscriminadamente: é a falta de segurança, na cidade e no campo, traduzindo-se em autêntica guerra civil, ou, para lançar mão de neologismo indesejável, na "colombização" da Nação brasileira.

Hoje ninguém está a salvo. Essa é a verdade. Sofrem os pobres, com a violência incorporando-se a seu dia-a-dia já problemático. Sofre a classe média, enclausurada em suas residências e cercada no direito básico do ir e vir. Penam as chamadas elites, cujos privilégios socioeconômicos constituem atrativo para a criminalidade. São assaltos, seqüestros - inventou-se até a modalidade seqüestro-relâmpago -, crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, envolvendo absurda sofisticação orquestrada pelo crime organizado e pelo narcotráfico.

Não podemos negar que uma das causas principais da delinquência é de natureza econômica. Quanto maior a pobreza do povo, mais vulnerável fica a sociedade ante o crime. Não se pode esquecer, entretanto, que existe também o fator social: a educação ministrada ao cidadão é que vai inibir o instinto da violência e a tendência a agir acima da lei. Refletindo sobre essas causas, chegamos a três conclusões lineares: o desenvolvimento econômico, com o combate ao desemprego, é a saída para a eliminação da pobreza; a educação dada ao povo inibe a onda de violência; e, finalmente, cabe aos poderes públicos tomar as rédeas da situação.

A segurança é, constitucionalmente, responsabilidade do Estado. Como, porém, a crise da segurança atingiu níveis insuportáveis, o poder público pode e deve recorrer à sociedade para subsidiá-lo nesse trabalho. A verdade é que nossas autoridades se mostram incapazes de enfrentar e resolver o problema por seus próprios meios. A mobilização do povo funcionará como complemento à ação governamental, mas não justificará a omissão e a incompetência oficiais.

No caso específico de nosso Estado, faltam à administração Itamar Franco as necessárias vontade política e competência administrativa. Em outros tempos, Minas Gerais era considerado um oásis de tranqüilidade, sobretudo em relação ao Rio de Janeiro e a São Paulo. Hoje estamos vergonhosamente competindo com aqueles Estados no campeonato do crime e da violência. Carece o Executivo estadual de um plano de trabalho específico? É notório que sim. Será correto transferir total responsabilidade ao Governo Federal, como tem feito o Governo Estadual? Salta aos olhos que não. A União, ao que nos consta, vem repassando ao Estado as verbas específicas que cabem a nós.

Ainda em dezembro do ano passado, apresentamos requerimento à Presidência desta Casa solicitando informações da Secretaria da Justiça sobre a não-utilização de verbas repassadas pelo Governo Federal. Falávamos de verbas originárias de convênios, totalizando quase R\$7.000.000,00, destinadas à reforma e ampliação de estabelecimentos carcerários em diversas regiões mineiras.

Até a data do nosso requerimento, as obras não haviam sido iniciadas pelo Estado, embora os recursos já estivessem no Tesouro Estadual, ou estavam sendo realizadas a passo de tartaruga. Chega-nos agora um levantamento mais abrangente, que permite visualizar o seguinte.

Na rubrica dos convênios em andamento, foram liberados pela União, no Orçamento de 2001, cerca de R\$6.000.000,00, destinados, entre outros, à ampliação de centros prisionais em Patos de Minas, Divinópolis, Uberlândia e Contagem, bem como à construção de penitenciárias em Carmo do Paranaíba, Bicas, Pará de Minas e Uberlândia; embora as obras já tenham sido iniciadas em algumas delas, o cronograma apresenta enorme atraso - e o dinheiro já está no Tesouro Estadual. Dotações já recebidas pelo Estado e destinadas à construção e à ampliação de estabelecimentos em Sete Lagoas, Ribeirão das Neves, Contagem e Barbacena ainda estão em fase de licitação - apesar de os recursos já estarem em poder do Estado há vários meses. No total, o Governo Federal já liberou para Minas cerca de R\$15.000.000,00, que permitiriam a geração de 1.359 vagas em prisões - e o Governo não consegue gastar o dinheiro.

Concordamos que a questão penitenciária é apenas uma das faces da matéria maior, que é a segurança pública. Mas não de convir conosco que, nesse aspecto, o Estado tem sido lento e ineficiente. Diríamos, mesmo, que a União tem sido mais ágil, até porque, além dos quase R\$6.000.000,00 já recebidos, encontram-se em tramitação créditos suplementares a favor do nosso Estado, totalizando R\$12.000.000,00. Não adianta, no entanto, que as verbas sejam liberadas, se a administração estadual não faz sua parte para diminuir o déficit carcerário, que é de 13.958 vagas! Seria leviano de nossa parte atribuir ao Governo do Estado a responsabilidade exclusiva, mas não há dúvida de que - também aí - falta-lhe vontade política para ajudar a resolver o problema.

Em nível nacional, nosso partido, o PSDB, já apresentou uma proposta para a área de segurança, a qual inclui, com a maior urgência, maior integração das atividades das polícias e dos Governos Federal, Estadual e Municipal melhor aparelhamento técnico da polícia e reforço da segurança nos presídios. Esses são aspectos relevantes, sobre os quais podemos formular algumas considerações.

A unificação das polícias é matéria complexa, mas essa discussão não pode ser adiada; sabemos que existem apenas três países que dispõem de polícias civil e militar: Itália, Chile e Brasil; o caso italiano, aliás, talvez nem possa ser incluído na categoria, já que sua polícia militar é mais uma guarda nacional; ora, por que só nós e o Chile continuamos com o sistema dual? Será que o resto do mundo está errado, e só nós estamos certos? É um ponto a refletir.

O aparelhamento técnico da polícia, aumentando a capacidade de apuração de crimes, dispensa comentários, da mesma forma que o aumento da segurança nos presídios, dificultando as fugas; recorde-se que ainda estamos sob o impacto do vergonhoso episódio ocorrido em São Paulo, quando detentos foram resgatados de uma prisão por meio de um helicóptero.

Quanto à Bancada do PSDB nesta Casa, temos o firme propósito de colaborar com a ação do Legislativo em tudo que for pertinente. Ficamos, inclusive, muito gratificados quando tivemos conhecimento de que é propósito da Mesa elaborar um pacote de medidas para combater a violência e o crime organizado. Isso confirma a oportunidade de nossa proposta, que visa instituir uma comissão permanente de segurança pública. A proposta, aliás, recebeu apoio unânime do Colégio de Líderes, em reunião realizada hoje, pela manhã.

Chega-nos agora, também, a informação de que o Executivo Estadual se propõe a adotar uma série de providências para o implemento da segurança pública, tais como manter a sociedade informada sobre o andamento das investigações; instalar a Promotoria e as Delegacias Especializadas no Combate ao Crime Organizado; reformular o conceito de operações da Polícia Militar, visando obter maior eficiência, incrementando também a Polícia Civil. Essas são providências, à primeira vista, louváveis, que estaremos prontos a apoiar, muito embora seu alcance seja parcial.

Não podemos aceitar a continuação do panorama atual. Estamos sabendo, por exemplo, que Belo Horizonte apresenta a média de 12 assassinatos para cada 100 mil habitantes. A estatística é preocupante, se verificarmos que, numa cidade como Londres, infinitamente maior que a Capital mineira, a média é de 1 assassinato para cada 100 mil habitantes.

Poderíamos nos estender indefinidamente sobre a questão da segurança pública: fatos é que não faltam.

Vamos encerrar fazendo uma conclamação aos colegas. Vamos fazer com que a participação desta Assembléia seja efetiva e não se perca na teoria. Vamos contribuir para que o povo de Minas e do Brasil possa viver em paz.

Ao adotar a implantação de uma comissão permanente como a da segurança pública, a Assembléia, efetivamente, começa a dar a sua cota de colaboração, com um grupo de parlamentares se dedicando especificamente a essa matéria. Havendo, dentro da Casa, um grupo de assessores técnicos para dar embasamento a uma ação especializada, conseqüente e eficiente, a Assembléia, mantendo a sua tradição, dá a sua colaboração num momento grave que vive a Nação e o povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores, volto ao tema da segurança pública porque, estando na Presidência da Comissão de Direitos Humanos desde fevereiro de 2001, pudemos constatar, naquele ano e, conseqüentemente, no princípio deste, o crescimento da violência e a repercussão social que vem gerando. Essa situação não ocorreu somente no ano de 2001 e início de 2002. Vem de muito tempo, numa escalada, resultado da falta de políticas públicas que enfrentem a questão da justiça social, que enfrente o

problema do "apartheid" em que vivem mais de 52 milhões de brasileiros que estão abaixo da linha de pobreza.

São essas questões sociais, aliadas ao crime organizado, que fazem deste País, principalmente das grandes cidades, um campo de guerra em que morrem milhares de brasileiros. É uma guerra infundável. Se outras guerras há, começam e terminam, mas essa começou, as vítimas se acumulam, e não tem data para terminar, porque os governos não se debruçam com profundidade sobre a questão.

No final do ano passado, apresentamos o relatório do diagnóstico do sistema prisional e 21 propostas de busca de solução para os problemas que enfrenta, que interferem na questão da violência. Percebemos que as cadeias públicas estão abarrotadas de presos, em degradação social violenta, sem condições de defesa, porque não há defensores públicos. A população carcerária de todo o Estado perfaz o contingente de 80%, em cadeias superlotadas, malcheirosas, sem assistência médica, numa degradação vergonhosa para o nosso Estado.

A repercussão disso na sociedade é grande. Esses presos que saem, na verdade, estão na escola do crime. Criminosos que cometeram penas leves convivem com quem cometeu crimes hediondos. Nessa escola do crime vivem esses presos. Quando saem, vão novamente cometer outros crimes. Há uma reincidência de 80%. Isso quer dizer que o sistema prisional, que as cadeias públicas, que as penitenciárias estão fadadas ao fracasso; não conseguem recuperar mais que 20% dos seus detentos. Essa é a situação colocada. As prisões aumentam a criminalidade e a violência, porque também o crime organizado ali está instalado. Quero citar a Penitenciária José Maria Alkimin, que esteve no noticiário no final do ano passado, quando Diretores e funcionários foram denunciados e afastados. Quero dizer também que tratamentos privilegiados estavam sendo dados a alguns presos, que a maioria dos presos que participavam do crime organizado, do tráfico de drogas ainda permaneciam ali. Solicitamos ao Juiz de Ribeirão das Neves, Dr. Wenderson, que tomasse as medidas necessárias. Na primeira quinzena de janeiro, ele pediu a interdição parcial da penitenciária. Hoje, está ameaçado de morte, assim como os Promotores que apontaram aqueles que estavam participando do tráfico de drogas na penitenciária.

Estamos agora numa situação-limite, que vem sendo construída porque não se enfrentou, com determinação, a questão da escalada da violência. Não se minimizou essa questão dentro das megacidades. Não se colocou, como prioridade da discussão, a busca de soluções efetivas para a violência e a criminalidade. Essa situação-limite aponta-nos dois pontos principais: em primeiro lugar, a questão das políticas públicas, da ação social e da responsabilidade do Governo Federal. Este, subjugado ao FMI, tem sangrado o Brasil em mais de US\$100.000.000.000,00 por ano, para pagamento da dívida, de seus juros e dos seus serviços. Isso gera no País miséria, pobreza, desemprego, injustiça, revolta e indignação. Esse é todo o substrato no qual a sociedade está envolvida, principalmente os marginalizados, que, não tendo outra saída, acabam cometendo crimes. É claro que essa não é a única questão, há outras principais. A outra questão é o combate ao crime, principalmente ao crime organizado, sobre o qual o Estado tem de se debruçar. O Estado tem de saber quais políticas são necessárias para combater o crime organizado e o crime comum. Há uma diferença, senhores, entre o crime organizado e o comum. Por isso mesmo, é preciso estratégias diferentes para combatê-los. Quando apontamos, em nosso diagnóstico, no final do ano, no dia 21 de dezembro, a situação prisional e chamamos a atenção para o fato de que a questão das cadeias públicas e das penitenciárias incide sobre a violência como um todo, estávamos anunciando, na verdade, todos os fatos que vieram a acontecer depois, ou seja, as mortes que foram anunciadas e praticadas em Minas Gerais, como a morte do Promotor Lins do Rego.

Além disso, existem as ameaças feitas ao Juiz de Ribeirão das Neves, Dr. Wandersen, e aos dois Promotores do município. Constatamos, ainda, as rebeliões e as fugas, que se repetem e se multiplicam. Tudo isso foi anunciado muito antes desse diagnóstico que apresentamos. A CPI Carcerária, realizada em 1997, apontou problemas sérios no sistema carcerário. Em 2000, a CPI do Narcotráfico apresentou outra face do crime organizado e seu impacto no crescimento da violência contra a sociedade. No dia 21/12/2001, a Comissão de Direitos Humanos voltou ao assunto, abordando outra face, ou seja, o sistema prisional. Todos esses dados apontaram para o caos e a impunidade que estão instalados na sociedade. Por exemplo, existem 45 mil mandados de prisão para ser cumpridos. No entanto, não há vagas para aqueles marginais que deveriam estar detidos, mas continuam nas ruas, cometendo crimes, ameaçando a população, sacrificando pessoas, espalhando o medo e o terror.

A Polícia Civil está sendo desviada de suas funções para tomar conta de presos, ao invés de fazer investigações. Imaginem se todos esses profissionais estivessem nas ruas, investigando crimes. Quantos mandados de prisão existiriam a mais além daqueles 45 mil? Mais ainda: um Diretor de uma delegacia de Contagem disse nesta Casa que são tantos os mandados de prisão naquele município e tão poucas as vagas que decidem qual o criminoso de maior periculosidade, que, então, fica detido, deixando soltos os de menor periculosidade. No entanto, estes são tão perigosos quanto os outros. A diferença é que um cometeu dez crimes e o outro cometeu nove, oito ou cinco crimes. Muitas vezes, o militar prende o criminoso e o leva até a delegacia. Como não existe vaga, é obrigado a devolvê-lo às ruas, fazendo com que o sentimento de impunidade cresça entre a população criminosa, colocando aquele militar numa situação pior ainda, porque encontrará aquele delinqüente que foi detido, conduzido à delegacia e colocado em liberdade por falta de vaga. Como fica a moral desse militar diante de uma situação como essa? Imaginem o seu constrangimento ao se encontrar na rua com aquele marginal que deteve e que deveria estar preso, mas não o está por falta de vagas.

Em nosso relatório existem algumas sugestões, que apresentaremos. Além disso, o desrespeito, por parte do Governo Estadual, à Lei Federal nº 7.210, de 11/6/84, Lei de Execução Penal, está flagrante em 13 artigos. Nas Leis nºs 12.936 e 11.404 constatamos o desrespeito a vários artigos.

Então, como já foi dito pelos Deputados que me antecederam, é necessário tomarmos medidas, e tenho algumas sugestões. É necessário que nos debruçemos sobre essas questões, que o Executivo coloque em prática algumas dessas sugestões, chamando o Judiciário, o Ministério Público e a Assembléia Legislativa para, juntos, constituir um grupo de trabalho para a busca de soluções definitivas.

É preciso também que se dê caráter de urgência à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2001, que dispõe sobre a criação de um comando único das Polícias Civil e Militar. Como já foi dito, a proposta está pronta para ser colocada em votação.

Devemos criar, a exemplo do Rio Grande do Sul e de São Paulo, uma secretaria estadual para administrar o sistema prisional, dando prioridade a essa questão, que é muito grave.

Quanto à lei orgânica da Defensoria Pública, que se dê prioridade à sua votação, para que os Defensores façam a defesa daqueles que não podem pagar advogado e tragam o mínimo de justiça para os mais pobres, que não têm condições de arcar com os custos de sua defesa.

Transferir os presos da Secretaria da Segurança Pública para a da Justiça também é fundamental. A Secretaria da Segurança Pública deve servir para investigar crimes. É lá que deve estar a inteligência de investigação. Não está ali para tomar conta de presos, mas sim para investigar, ao passo que à Secretaria da Justiça cabe cuidar deles. No entanto, votada e aprovada por esta Casa e já sancionada, a Lei nº 13.720, de 2000, não foi cumprida, dando seqüência à transferência dos presos para a Secretaria da Justiça.

Outra tese defendida pela própria Secretaria da Justiça é a descentralização das unidades prisionais. O preso precisa ficar perto da sua família para ter condições de se reabilitar, de se encontrar consigo mesmo. Assim, descentralizar essas unidades prisionais, as cadeias públicas, as penitenciárias é fundamental.

Sobre a implantação do Sistema APAC no Estado, a APAC de Itaúna dá exemplo da forma humanizada de se tratar o preso e de ressocializá-lo.

A respeito da aplicação da prisão domiciliar, como outra forma de ressocialização, e da criação e ampliação de programas e projetos de atendimento socioeconômico, político e cultural para todos os presos, o programa e o projeto que existem na Secretaria da Justiça atendem a uma parcela apenas. Só na Secretaria da Justiça encontram-se, hoje, 20% da população carcerária. Portanto, os 80% da Secretaria da Segurança Pública não são atendidos por esse programa.

Além disso, também é preciso que o preso trabalhe não somente para a sua ressocialização, para ocupação de seu tempo, como também para a produção do seu próprio sustento e do sistema prisional.

É necessário que a Lei do Fundo Penitenciário Estadual, que existiu por um tempo e que foi o ponto de referência de recursos para a questão prisional, seja revitalizada, retorne a esta Casa, para que possamos ter um fundo que trate da questão prisional.

Por fim, a Comissão de Segurança Pública e Defesa Social é extremamente importante para esta Casa, porque vai tratar especificamente de um tema que hoje é prioritário, é fundamental na sociedade.

Queremos crer que o Governador Itamar Franco, que já demonstrou sensibilidade social, aproveite esse momento de discussão que a sociedade faz sobre violência e tome as atitudes necessárias para não somente implementar políticas públicas sociais prioritárias, mas também para que se construa um modelo de combate ao crime organizado e aos crimes comuns.

Enfim, buscaremos, junto ao Governador Itamar Franco, realizar uma audiência para que possamos conversar sobre as soluções de um problema que é tão grave e que gera tantas vítimas neste Estado, que não merece a violência que está sofrendo. Todos temos que lutar.

Essa não é uma questão somente do Estado, mas que envolve toda a sociedade. O Estado e a sociedade têm que estar juntos no combate à criminalidade, na busca da justiça e da paz.

* - Sem revisão do orador.

323ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 20/2/2002

O Deputado Márcio Kangussu* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa e visitantes, foi muito oportuna uma reportagem publicada no dia 11 deste mês pelo jornal "Estado de Minas" e assinada pela jornalista Alessandra Melo, sob o título: "Regiões de Minas Lutam por Autonomia". A notícia é um alerta ao destacar a inquietação de algumas regiões de Minas para a questão separatista.

A nossa região dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri e o Norte de Minas vêm, há décadas, reclamando um tratamento em nível de igualdade com as demais regiões do Estado. Rotuladas de regiões problema, faltam a elas ações e políticas públicas claras capazes de promover o desenvolvimento e de combater as terríveis desigualdades regionais e sociais.

Fica a indagação: "Será que não chegou o momento de pensarmos seriamente em criar um novo Estado, para, através de um grande esforço coletivo, promovermos o desenvolvimento e a inserção social dos milhões de mineiros do Norte?".

Proponho a todos uma reflexão e um estudo profundo sobre o tema. Não é justo entregarmos a nossa região para a próxima geração com uma situação sócio-econômica, política e cultural nos níveis atuais. São múltiplos os nossos problemas. São tantos os descasos e as omissões conhecidos, que é lugar comum apontá-los todos. É preciso rever os atuais modelos de gestão pública. É preciso, acima de tudo, modificar as estruturas administrativas em nosso País. A redivisão territorial é uma necessidade para que se tenha um país moderno e ágil no gerenciamento das soluções para as suas demandas. Minas Gerais precisa discutir com profundidade essa questão, para, mais uma vez, dar um grande exemplo ao Brasil.

Muitos homens públicos e estudiosos, agentes políticos e professores, como o caso do Prof. Alberto Dolabela, economista da UNIMONTES, têm estudado esse assunto. Já há a proposição de um nome. A Deputada Elbe Brandão chama para si a autoria dessa sugestão: "Minas do Norte: esperança e sonho".

O Brasil precisa criar e reinventar novas estruturas administrativas para se tornar uma grande nação. Veja-se o caso norte-americano, onde um território equivalente ao nosso abriga 50 Estados, em contraposição aos nossos 27 Estados. O nosso modelo de divisão territorial é colonial, da época das capitânicas hereditárias, sem critérios geográficos, históricos, culturais e econômicos.

Minas Gerais é um exemplo vívido dessa situação. Como se fôssemos o Brasil em escala reduzida, convivemos com distintos problemas e trajetórias, atingindo, diferencialmente, as múltiplas regiões mineiras. Há um forte sentimento popular clamando fazer nascer um outro Estado a partir da matriz generosa de Minas Gerais.

Certamente estamos diante do caso em que dividir não é enfraquecer, mas fortalecer. Chame-se, em louvor dessa tese, o exemplo do Tocantins, que tem permitido transfigurar a vida, para melhor, das pessoas dessa antiga região do Norte de Goiás, que era abandonada, como são os nossos vales do Jequitinhonha, do Mucuri, de São Mateus e o Norte de Minas.

Que regiões fariam parte das Minas do Norte? Logicamente o Norte de Minas e os vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus. Regiões que, ao longo do tempo, se têm contentado apenas com ações meramente compensatórias. Falta, e sempre faltou, um esforço focado no seu desenvolvimento, para criar condições reais de redistribuir renda e riquezas.

Nós, mineiros do Norte, queremos assumir os nossos destinos. Já contribuímos muito com a construção de caminhos e modelos que ajudaram o Brasil a ser o que é.

Os mineiros do Norte de hoje se pretendem da estirpe de Teófilo Ottoni, que vislumbrou o potencial de nossos sertões e o caminho mais curto para se aproximar do mar; da estirpe de Darci Ribeiro, que concebeu e construiu o que há de melhor para se aprimorar o espírito humano e democratizar a sociedade; e da estirpe de Juscelino Kubitschek, o maior dos Presidentes, que demarcou os rumos do crescimento econômico na história brasileira. Queremos que nossa vasta região se torne uma referência nacional positiva, em vez de ser matéria sempre citada nas discussões sobre pobreza e desigualdades regionais e sociais.

Recentemente, a revista "Veja" trouxe uma reportagem em que uma médica receitava comida para uma criança, na cidade de Salinas. Dizia:

"Fome. Se não der, se pegar uma infecção, vai morrer".

"A memória e os exemplos desses três grandes brasileiros - Teófilo Ottoni, Darci Ribeiro e Juscelino Kubitschek - fortalecem os esforços que o povo norte-mineiro faz, há gerações, no processo de organização da vida, plantando e criando o seu gado, elaborando e garimpando. Os mineiros do Norte se constituíram no caldeamento dos caboclos nordestinos, ao longo do São Francisco; dos europeus antigos, em Diamantina, e recentemente no Mucuri; dos levantinos, por todos os lados; dos índios remanescentes do Jequitinhonha; e de libertários, bastiões dos quilombolas, tal qual os velhos gorutubanos, acrescidos na atualidade por uma população egressa do Sul do País em grandes projetos ligados ao agronegócio.

Os nossos vales, em todos os tempos, sempre aspiraram a ser locais onde jorrem o leite e o mel. De fato, conseguiram isso para poucos, mas o desafio é viabilizar essa esperança para todos.

O Deputado João Pinto Ribeiro (em aparte) - Deputado Márcio Kangussu, sinceramente, não pensei nessa questão do desmembramento de parte de Minas em outro Estado, mas neste instante gostaria apenas de cumprimentá-lo pela seriedade com que representa a região do vale do Jequitinhonha.

É uma região tão sofrida, que precisa de pessoas como V. Exa., que mergulha no tema, que levanta questões, preocupando-se com o bem-estar daqueles que vivem nessa região. É importante que todos nós, que trabalhamos como representantes do povo, pensemos em alimentação, em educação de qualidade, em assistência-saúde para essas pessoas. Obviamente essas regiões, notadamente do vale do Jequitinhonha, tão bem representadas nesta Casa por V. Exa., precisam de apoio do Governo, porque, do contrário, cada um dos seres humanos tem de tentar uma solução e - quem sabe? -, um dia, possa ser a de criar um novo Estado para a Federação brasileira. Parabéns a V. Exa. pela atitude digna de levantar, não importa qual o caminho encontrado, meios de fazer daquele povo gente que possa sobreviver com condições dignas em Minas Gerais.

O Deputado Márcio Kangussu* - Obrigado, Deputado João Pinto Ribeiro, o seu compromisso com a vida dos mineiros e a sua sensibilidade nos incentiva a continuar nessa luta. Tenho a certeza de que a sua contribuição será valiosa.

A energia presente, acumulada pelos mineiros do Norte ao longo dos séculos, exige neste momento uma nova aliança com o poder público.

As condições reais e potenciais para que isso aconteça estão dadas. O sonho de uma nova terra requer estruturas de governo que possam assumir essa responsabilidade, o que não se viu até o presente momento. Na atual forma de organização política que nos rege, a solução vislumbrada é, inicialmente, criar um novo Estado - Minas do Norte - que possa galvanizar todas as forças sociais e políticas do Médio São Francisco, do Noroeste e dos vales do Jequitinhonha, do Mucuri e São Mateus. O eixo da atuação desse novo Estado será a recuperação das idéias que pautaram os devaneios de Teófilo Ottoni, Darci Ribeiro e Juscelino Kubitschek: propiciar a fartura e eliminar a fome pela democratização do acesso e uso da terra; promover o crescimento intelectual e cultural das pessoas; e criar condições para o desenvolvimento econômico de todos, num exemplo fecundo para todo o Brasil.

Às lideranças políticas comprometidas com os mineiros do Norte cabe a enorme responsabilidade de religar os sonhos de ontem e de hoje. Lúcidas visões, por exemplo, tiveram aqueles que pretenderam aproximar os sertões das praias baianas, através de ferrovias que chegaram até o coração do Jequitinhonha, demolidas pela insanidade realista de alguns.

Os tempos estão, doravante, soprando a nosso favor. Barranqueiros, montes-clarenses, diamantinenses, gorutubanos, jequitinhonhenses, teófilo-otonenses e tantos outros, irmãos e companheiros de jornada: vamos criar condições objetivas para que este sonhar signifique viver melhor, em termos de quantidade e de qualidade. Não temamos nem nos atemorizemos. Certamente nada se fará em quatro anos. Mas, para quem tem 400 anos de história, sobretudo de abandono, pode ser até que esperemos 40 anos. Não importa. Não queremos mais ser o patinho feio das Minas Gerais. Há exemplos na história humana de que a persistência numa boa causa nos encaminha, ao final, pelas sendas da justiça e da felicidade humana.

A criação do Novo Estado de Minas do Norte pode se tornar o grande fator de mobilização social, em prol do desenvolvimento local e regional.

Srs. Deputados, está aqui lançada mais uma idéia. É preciso que nos debruçemos sobre esse tema.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte)* - Xará Deputado Márcio Kangussu, receba o aplauso do nosso PMDB. Temos o compromisso de estar presente nas lutas de V. Exa. Quero cumprimentá-lo pelo seu trabalho e por tão bem representar a nossa região do vale do Jequitinhonha.

Gostaria apenas de acrescentar à sua fala que são as complexidades de Minas Gerais que fazem do Estado um grande desafio político-administrativo. Precisamos, sim, encontrar soluções para que as obras, o alento, o Governo e a administração possam chegar a essas regiões, especialmente àquelas cidades que precisam de um governo dinâmico e atuante, elevando a qualidade de vida dos nossos irmãos. Parabéns a V. Exa. Conte com este Deputado.

O Deputado Márcio Kangussu* - Muito obrigado, Deputado Márcio Cunha. Com certeza, V. Exa., que também é votado no vale do Jequitinhonha, é sensível a essa causa.

V. Exa. falou em políticas públicas. Para nós, falta política pública em todas as áreas. Na educação, mesmo com a UNIMONTES, que, heroicamente, procura dar acesso aos nossos jovens para qualificá-los, ela ainda é incipiente. Com relação à saúde, os nossos pacientes passam mais tempo vindo para Belo Horizonte e indo para a nossa região que em hospitais. Temos a BR-367, que é apelidada de "estrada da vergonha", porque nunca fica pronta, já que toda vez que chove fica intransitável, trazendo enormes prejuízos. Saneamento básico inexistente. As estradas vicinais não podem ver chuva que ficam intransitáveis. São tantos os nossos problemas que queremos assumir o nosso destino criando o Estado de Minas do Norte. Muito obrigado, Sr. Presidente.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ficamos chocados com a ousadia, a audácia e a coragem do crime organizado, manifestadas nos últimos dias: as bombas jogadas na Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, as ações realizadas na última semana dentro dos presídios daquele Estado, o assassinato do nosso Prefeito, nosso companheiro e amigo Celso Daniel, que não era apenas um excepcional administrador, um homem público que pautava a sua vida pela probidade, mas também uma pessoa de grande sensibilidade. Infelizmente, no relato dessa ousadia do crime organizado não poderíamos deixar de citar o bárbaro assassinato, em plena Av. Prudente de Moraes, do Promotor Francisco Lins, conhecido por muitos Deputados por sua luta em várias comarcas do interior e suas ações na Coordenadoria da Defesa do Consumidor de Belo Horizonte. Evidentemente, a falência do Estado na questão da segurança pública fica cada vez mais escancarada. As soluções são muitas, as palavras também, principalmente nos momentos de crise, em que são repetidas à exaustão.

Abordarei um dos grandes nós do problema da violência, que é a questão carcerária. Diante da ausência de recursos do Estado, diante do sentimento de impotência da sociedade, diante da falta de vontade política de muitos governantes, algumas coisas que poderiam ser feitas nessa área, com toda certeza, teriam ação direta na redução da violência. Essa abordagem não será ingênua, fora do contexto social.

A história contada pelo jornalista Gilberto Dimenstein terá de ser o nosso norte ao abordarmos um dos aspectos da violência. Por isso, contarei essa história antes de abordar a questão carcerária.

Gilberto Dimenstein conta, em seu penúltimo livro, que dois pescadores, sentados à beira do rio, foram surpreendidos por meninos e meninas que desciam o rio e morriam afogados nas suas correntezas e nas suas águas profundas. Mais do que depressa eles se lançaram nas águas e tentavam tirar de lá o maior número possível de crianças. Já estavam há um bom tempo fazendo isso, quando um deles saiu de dentro d'água e começou a subir a margem do rio. O outro gritou, num misto de desespero e indignação: "Meu amigo, você está me abandonando?" Ele respondeu: "De jeito nenhum, não estou te abandonando. Mas acho que, se ficarmos só aqui tentando salvar algumas crianças, vai chegar o momento em que nossas forças vão faltar. Então, prefiro subir para ver quem ou o quê está jogando essas crianças no rio, porque, aí, sim, vou atingir o mal pela raiz".

Quero que essa história seja uma referência. Não entendemos por que a questão carcerária é associada a um projeto iníquo de sociedade, a um projeto perverso centrado na lógica do mercado, o qual está causando um mal muito grande.

A questão carcerária é um dos grandes pontos que provoca a violência. Vejamos: hoje temos, no Brasil, uma população de 201 mil presos, segundo dados do último censo. Em Minas Gerais, são mais de 18 mil. O que acontece é que existe uma indústria do preso, que, cada vez mais, vai querendo produzir marginais, para a própria sobrevivência.

Primeiramente, vou dar um exemplo em termos de empregos. A chamada penitenciária de jovens e adultos de Ribeirão das Neves tem 50 internos e mais de 100 funcionários - para vermos como essa indústria é absurda, mas continua se mantendo -, sem contarmos a corrupção dentro do sistema. Hoje, as fugas têm preço, as transferências têm preços: valem R\$3.000,00, R\$5.000,00, até R\$10.000,00.

Outro ponto é a indústria de fornecimento, de reformas e de refeições. O Deputado João Leite, que está presente, se lembra muito bem que identificamos uma indústria chamada Parati Alimentações, que fornecia alimentos para os presídios da região metropolitana, cujo proprietário era um Detetive. Na época, um Detetive ganhava duzentos e poucos reais, mas esse tinha uma fazenda grande em Inimutaba. Uma semana depois de ser convocado pela Comissão, faleceu em um acidente, em um de seus helicópteros. Segundo informações, ainda possuía mais dois.

Portanto, sabemos que existe essa indústria de presos. Daí, entendemos que o sistema carcerário é eficiente, não é falido, porque ajuda a manter essa indústria de corrupção, de erros, de desencontros.

No sistema penitenciário oficial, a recuperação é de 15% dos internos. Isso significa que uma pessoa que é presa para que se recupere, como se estivesse num hospital, acaba, na verdade, pegando uma infecção hospitalar e sai pior do que quando entrou. Tanto isso é verdade que há um ditado que fala que, com tanta fartura e com tanta gente, as cadeias funcionam como pós-graduação do crime.

Mas a Comissão do Sistema Carcerário e a Comissão dos Direitos Humanos, cujo Presidente, Deputado Edson Rezende, visitou muitos estabelecimentos prisionais, sabem que existem luzes no fim do túnel, apesar de o Estado não querer enxergar, não querer ver.

Uma das saídas é a Associação de Proteção e Amparo ao Condenado - APAC -, onde o índice de recuperação é de 97%, embora o jornal tenha publicado que é de 92%, 93%.

E Itaúna é a única cidade com crise econômica e de porte médio do Estado que, nos últimos dez anos, teve redução da violência urbana. É a única cidade, o que mostra que, na questão carcerária, temos um ponto de intervenção para reduzir a violência.

Quero fazer um elogio à Arquidiocese de Belo Horizonte, por intermédio de D. Serafim, que está incentivando muito a questão da APAC. Os irmãos maristas e o Prof. Fábio Santos estão numa parceria para criar a APAC Jovem da Região Metropolitana.

Logo depois do aparte do Deputado João Leite, além desse destaque à atuação da Igreja, da Pastoral Carcerária e dos irmãos maristas, quero também fazer um destaque à atuação do Tribunal de Justiça, elogiando seu Presidente, Dr. Gudesteu Biber. Farei a leitura do "folder" "Novos Rumos, Humanização da Execução da Pena Privativa de Liberdade", publicado pelo Tribunal de Justiça. A Igreja, as Pastorais Carcerária e Evangélica, entidades da sociedade civil e o Tribunal de Justiça estão enxergando coisas que o Poder Executivo não enxerga.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Deputado Durval Ângelo, o tempo de que V. Exa. dispõe para essa discussão não o ajuda nem a nós. Quero parabenizá-lo, porque V. Exa. faz, nessa tarde, uma discussão com muito conteúdo, vinda de alguém que pôde, durante esse tempo, acompanhar de perto, muitas vezes dentro e com muita coragem, a situação do sistema prisional no Estado de Minas Gerais. V. Exa., dessa tribuna, fala com autoridade, com o conteúdo de alguém que acompanha essa situação.

Enquanto ouvia a discussão que V. Exa. faz, ocorreram-me vários pensamentos. Lembrava-me, quando fazia menção à morte do Prefeito, das 40.127 mortes por assassinato ocorridas no Brasil no ano passado. O Afeganistão não chega nem perto do que aconteceu no Brasil no ano passado. Estamos indo no mesmo ritmo com os 13 homicídios ocorridos em Belo Horizonte, no último final de semana. Concordo com V. Exa., o sistema carcerário foi transformado numa verdadeira indústria, e ele interessa da maneira como está montado. Ouvi a proposta do Governo do Estado para uma cidade: "Recebam essa cadeia porque gerará muitos empregos. Haverá muitos empregos na cidade, poderão constituir uma empresa para fornecer alimentação para os presos". E, com essa argumentação, o Estado tenta fazer as pessoas verem a importância de se ter uma cadeia. Não se fala, em momento algum, em recuperação ou nas condições de segurança. Sempre que falamos sobre isso, lembro-me da imagem de V. Exa. em Uberlândia, chutando e derrubando a parede de uma cadeia que estava sendo construída, uma verdadeira vergonha.

O Deputado Durval Ângelo* - Uma parede de isopor.

O Deputado João Leite* - Não se fala em segurança, mas no que a cidade ganhará. É uma mentira. Pena que o tempo não seja suficiente para essa discussão; para a contribuição que V. Exa. está dando. Gostaria de falar muito mais, de também trazer idéias, mas creio que só falta o tempo para V. Exa. concluir e não quero atrapalhar. Parabéns.

O Deputado Durval Ângelo - Para mim, é uma satisfação e uma honra ter o aparte de V. Exa. Sei, Deputado João Leite, de toda a sua preocupação, de sua dedicação a essa causa e do seu conhecimento. Gostaria de registrar aqui que, desse projeto do Tribunal de Justiça, encaminharei cópia a todos os gabinetes, assim como para os ouvintes, telespectadores que nos solicitarem.

O Tribunal de Justiça coloca como meta a implantação do projeto nas comarcas de Minas Gerais até setembro de 2003. Pretende disseminar e institucionalizar o conceito de humanização da pena em todas as comarcas mineiras até setembro de 2003. E vem o desenvolvimento do projeto. Haverá criação da APAC em cada comarca ou município. Isso nos deixa muito satisfeitos.

O Tribunal de Justiça sabe que não basta a condenação do Juiz. É preciso também humanizar e recuperar o preso. Pelo item 7º, haverá o estabelecimento do método da APAC, com divisão do presídio em seções para as diversas etapas de cumprimento da pena. Regime fechado, semifechado e aberto.

Pelo item 8º, haverá formação de equipes para desenvolver cursos profissionalizantes e dimensionar possibilidades.

Pelo item 9º, haverá o entendimento dos princípios da APAC, que nada impõe ao educando. E estabelece: o amor como caminho, o diálogo como entendimento, a disciplina com amor, o trabalho como essencial, a fraternidade e o respeito como metas, a responsabilidade para o soerguimento, a humildade e a paciência para vencer, o conhecimento para ilustrar a razão, a família organizada como suporte e Deus como fonte de tudo.

Parabéns ao Tribunal de Justiça. Parabéns ao Dr. Gudesteu e à equipe instituída por V. Exa. para a implantação da APAC em todas as comarcas. Com toda certeza, se houver sensibilidade dos Juizes do interior, podemos, pela ação da sociedade e do Tribunal de Justiça, ter um novo método de humanização da pena.

Na semana passada, estive visitando a cadeia de Ponte Nova e verifiquei que é possível um tratamento diferente. Quero dizer ao Tribunal de Justiça que só vamos conseguir caminhar na questão da violência se realmente mudarmos a metodologia de trabalho com os internos do sistema carcerário de Minas Gerais.

Quem sabe a Secretaria de Justiça e de Segurança e o Governo do Estado percebam esse caminho, como o Tribunal de Justiça e a Arquidiocese de Belo Horizonte perceberam. Muito obrigado.

* Sem revisão do orador.

O Deputado João Paulo* - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, profissionais da imprensa, visitantes presentes nas galerias e telespectadores da TV Assembléia, inicialmente gostaria de registrar e dirigir os meus cumprimentos ao Deputado Agostinho Silveira, que acaba de ser eleito - ele que é o nosso Presidente mineiro do PL - o Secretário da Executiva Nacional. Felicitamos o Deputado Agostinho Silveira e desejamos que cumpra nesse novo mandato, nesse novo "munus" um trabalho profícuo e bem-sucedido, como tem feito na direção do PL mineiro.

Mas, Sr. Presidente, ocupo a tribuna nesta tarde para literalmente comemorar um ganho, uma conquista que reputo retumbante do consumidor mineiro, traduzida na Lei nº 14.090, publicada no dia 6/12/2001. Essa lei se origina de um projeto de minha autoria que prevê que as empresas prestadoras do serviço de telefonia fixa instalarão gratuitamente, caso haja interesse do consumidor, um aparelho para medição do consumo referente a esse serviço.

Trata-se de iniciativa pioneira no País. O Estado de Minas Gerais está dando um passo adiante e faz escola, espero eu, nesse sentido, criando uma obrigação para as empresas de telefonia, que não têm muito compromisso com o consumidor e com o usuário desse serviço.

Mas nós temos, quer seja na condição de Deputado, quer seja na condição de Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor. Temos o dever de zelar pelo interesse e pelo direito do consumidor mineiro. Evidente não poderíamos esperar boa-vontade das empresas que prestam esse e outros serviços. Não podemos declinar do nosso dever perante a sociedade, por isso apresentei esse projeto. Tivemos muitos problemas na sua tramitação. As empresas de telefonia fizeram pressões junto a nós e nossos colegas, tentando nos influenciar no sentido de que demovêssemos da idéia, acatando uma orientação jurídica equivocada que apontava a competência exclusiva da União para legislar sobre essa matéria. A Constituição Federal, no seu art. 24, inciso V, não deixa nenhuma dúvida de que os Estados são competentes para legislar em matéria de produção e consumo. Por essa razão, não tivemos dúvidas em formular esse projeto, que tramitou por esta Casa, foi aprovado em dois turnos e foi ao Sr. Governador para receber sua sanção. Consta-me que também lá, junto ao Governo do Estado, as empresas de telefonia fixa tentaram conseguir o veto do Sr. Governador a essa iniciativa, o que seria injusto, pois contraria os interesses do povo e do consumidor de Minas Gerais. Mas o Governador do Estado, mostrando alta sensibilidade, não teve dúvidas em colocar sua sanção, o que nos traz aqui hoje para comemorar. Ainda não tinha tido a oportunidade de vir a esta tribuna para dizer dos enormes benefícios dessa lei. Vejam bem, caros parlamentares e Sr. Presidente, que o Código de Defesa do Consumidor institui e garante ao consumidor a transparência absoluta na relação de consumo de qualquer bem ou serviço. No que concerne aos serviços públicos prestados por empresas como a CEMIG, é notório que o consumidor tem possibilidade de monitorar o seu consumo diário, semanal ou mensal de um aparelho de mensuração que fica instalado na sua residência, na sua propriedade ou no seu escritório. O mesmo ocorre com o fornecimento de água. Tanto a COPASA quanto as demais empresas que prestam o serviço de fornecimento de água no Estado disponibilizam para o consumidor um aparelho de medição através do qual ele pode acompanhar o seu consumo, diminuindo ou aumentando de acordo com seu orçamento e, indiretamente, fiscalizando a empresa prestadora. Eu ficava a me perguntar por que razão apenas as empresas prestadoras dos serviços de telefonia estariam e deveriam permanecer fora desse monitoramento e dessa transparência que garante o Código de Defesa do Consumidor. Grande foi minha felicidade em apresentar essa proposição, vê-la aprovada por este parlamento e, subseqüentemente, sancionada pelo Sr. Governador, convertendo-se na Lei nº 14.090, que passa a disciplinar essa matéria. Registro ainda que, mesmo com relação ao serviço de telefonia, no que concerne aos telefones celulares, esses já contam com um completo acompanhamento do consumidor.

O consumidor que dispõe de um celular consegue todos os tipos de informações relativas às suas ligações. Por que razão as companhias telefônicas, até hoje, não implementaram nos telefones fixos esse controle de que dispõe o celular. Bastaria pouca coisa para implementar a tecnologia do controle no telefone fixo. Hoje, ela existe apenas no celular por se tratar de uma faixa especial, um consumidor especial.

A Deputada Elaine Matozinhos (em aparte) - Parabenizo V. Exa. por tudo que tem feito pelo consumidor, dizendo-lhe que foi uma alegria ver sancionado seu projeto de lei aprovado nesta Casa, determinando às empresas de telefonia fixa o uso de um aparelho medidor para as ligações. Não tive a mesma felicidade de V. Exa. Apresentamos um projeto de lei que determinava a obrigatoriedade de as empresas do serviço de telefonia discriminarem nas contas telefônicas todas as ligações e serviços prestados. O projeto foi aprovado nesta Casa, mas vetado pelo Sr. Governador sob a alegação de que o assunto seria de competência da ANATEL. V. Exa. diz ser constitucional o Estado legislar sobre o assunto, sendo nosso dever batalhar pelas questões de interesse dos consumidores. Quero fazer uma referência especial aos serviços prestados pela Telemar. Quando discamos o 102, não conseguimos sequer informações precisas, devido à má organização do serviço. Conhecemos o "lobby" feito pela Telemar, objetivando que o nosso projeto fosse vetado.

Deputado João Paulo, pessoa com quem tive a alegria de conviver, sendo eu Vice-Presidente na Comissão de Defesa do Consumidor, quero dizer-lhe que, enquanto cidadãos e consumidores, já não suportamos as contas, sobretudo da Telemar, que não nos dá nenhuma satisfação. E quando buscamos a discriminação de uma conta telefônica, precisamos pagar pelo serviço. Peço a V. Exa. e aos demais Deputados desta Casa que estejam conosco para derrubar o veto do Governador, porque o projeto nada tem de inconstitucional, apenas representando uma defesa dos direitos dos consumidores, que já tiveram diversos problemas dessa natureza, como nós próprios podemos atestar. Quero dizer do nosso

inconformismo com o veto do Sr. Governador ao nosso projeto. Obrigada.

O Deputado João Paulo - Nobre Deputada Elaine Matozinhos, digo-lhe que me preocupa a situação do consumidor na área da telefonia, o que me inspirou na iniciativa de apresentar esse projeto. As empresas de telefonia estão disputando com os Bancos o primeiro lugar no "ranking" das reclamações nos PROCONs do Brasil inteiro. Ora temos o Banco como campeão, ora as campeãs são as empresas de telefonia. Precisamos constituir uma CPI para averiguar o assunto, pois a própria legislação federal que procedeu às privatizações e às concessões desses serviços é extremamente temerária, concedendo favores sem precedentes no País. Mas isso não basta, as empresas querem mais, haja vista as regiões chamadas conurbadas, ligações supertarifadas, uma imoralidade que vigora no serviço de telefonia privatizado neste País.

Temos muito a fazer. Estou redigindo um requerimento de CPI porque, seguramente, a falta de transparência na prestação desse serviço terá feito carrear milhões de reais para os cofres dessas empresas. Isso não ocorreu por acaso. Já deixei de reclamar várias vezes por causa de telefonemas interurbanos que não realizei porque a minha reclamação ficaria mais cara do que o pagamento. Essa é a tática do "se-colar-colou". Para um que reclama, existe um milhão que não reclama. Eles investem nisso. Essa ilegalidade resulta em enriquecimento ilícito para as empresas. Há pouco tempo, o Banco Bandeirantes criou um programa de computador que fazia registrar um débito automaticamente na conta de cada correntista, débito proporcional à movimentação financeira verificada nessas contas para saldar aluguéis, folha de pagamento e despesas com a conta de telefone. O Banco rateava com os correntistas os custos da agência. Isso é público, a imprensa noticiou amplamente, e os tribunais estão dando sentenças até hoje contra o Banco Bandeirantes. É bem provável que exista um programinha desses dentro de uma companhia de telefone. Se não existe, eles têm de comprovar.

Vamos longe nisso, nobre Deputada Elaine Matozinhos. V. Exa., que é uma parlamentar zelosa, empenhada na defesa dos direitos do consumidor, terá, tenho certeza, o apoio deste Plenário, que irá acatar o pedido de V. Exa. para rever o veto do Governador do Estado.

Outro campeão de reclamações é o setor bancário. Nenhuma outra atividade é tão lucrativa quanto a atividade bancária, que empresta dinheiro para qualquer pessoa no cheque especial ou num contrato qualquer com juros de 140% ao ano e paga 6% ao ano para a caderneta de poupança e outras aplicações. A diferença entre um valor e outro é abusiva. O Banco não fabrica dinheiro. E, a despeito disso, o Banco não tem nenhum interesse em fazer um atendimento mais humanizado da clientela. Pessoas idosas ficam na fila por 1 hora, 1 hora e meia. Nos Bancos não existem banheiros para os clientes. Qualquer boteco de periferia tem de ter banheiro, caso contrário não pode funcionar porque a Prefeitura não lhe concede alvará. Mas Banco não precisa. Banco retém o cliente por 1 hora, por 2 horas, e não tem banheiro, não tem bebedouro e, às vezes, nem uma cadeira para o cliente assentar. Não esperamos que o Banco desperte para isso, mas nós, que temos vida pública, não podemos faltar. Esse é um compromisso nosso. Enquanto Deputado, jamais abrirei mão desse questionamento e dessa luta. Espero que consigamos rever também o veto ao projeto de minha iniciativa. Ele chegou ao Governador e foi vetado. A revisão desse veto se impõe como necessária, da mesma forma que o veto ao projeto de V. Exa. e também ao projeto do serviço do medidor de telefonia, que vai funcionar como funciona o Bina, que custa baratinho.

Mas não vetaram, porque muito conversei com áreas do Governo. O mesmo tratamento teria de ser dado ao projeto de V. Exa. e ao projeto de minha iniciativa, que determina o tempo de 15 minutos para o Banco atender o cliente, a instalação de banheiros, bebedouros, etc. Enfim, é preciso que se restabeleça o mínimo de comodidade e conforto para a clientela.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo que nos vê pela TV Assembléia, pessoas presentes nas galerias, gostaríamos de parabenizar o Deputado João Paulo pela sua incondicional defesa do consumidor mineiro, que precisa muito de um parlamentar preocupado com essas ações, porque o abuso do poder econômico acaba prejudicando-o, principalmente os consumidores de menor poder aquisitivo, pois as dificuldades para esses são maiores. Ficam aqui os nossos cumprimentos ao Deputado João Paulo pela iniciativa, por sua postura firme e pela aprovação do seu projeto.

Solicitei o prazo de 60 minutos, mas me foram concedidos apenas 20, mas vou continuar insistindo na questão de segurança pública do Estado de Minas Gerais. Muitas vezes, quando ocupamos a tribuna desta Casa, as pessoas dizem: "Lá vem o Deputado falar novamente em segurança pública". Enquanto estivermos perdendo vidas, enquanto tivermos deficiências no aparelho policial, enquanto não entendermos que a sociedade está participando do problema, enquanto esta Casa tiver projetos para serem votados na área de segurança pública, vou continuar insistindo na matéria. Não podemos deixar que um Promotor morra, que a dona de casa lotérica morra, que outras pessoas tenham suas vidas ceifadas, e nada de concreto seja feito. Volto a repetir, com todo respeito pela morte do Sr. Francisco José Lins do Rego, não posso admitir que uma força-tarefa seja criada apenas para apurar sua morte. Força-tarefa é para todo dia, força-tarefa é para apurar a morte do pobre, do desvalido, do cidadão que mora na periferia, daquele que não tem dinheiro para segurança privada, daquele cidadão que pega ônibus, que luta com dificuldades, que recebe um salário míngua, que tem de retornar para casa sem segurança pública adequada. Por isso, voltamos a insistir que a Proposta de Emenda à Constituição nº 33 seja votada nesta Casa. Algumas medidas têm de ser tomadas. Aquilo que é de competência deste Poder têm de ser votado aqui. Já aprovamos alguns projetos, mas outros precisam da nossa aprovação. Infelizmente, a Proposta de Emenda à Constituição nº 33 está engavetada no Poder Legislativo. O ex-Presidente e o atual Presidente desta Casa não tiveram coragem de colocar em votação essa matéria. Hoje, não se fala mais em vontade política. Esse termo está ultrapassado. Hoje precisamos de coragem política desta Casa e do Governador do Estado, Itamar Franco. Estamos enfrentando problemas sérios de segurança pública no nosso Estado. Se não bastasse tudo isso, ainda temos Prefeitos, Vereadores e outras autoridades investidas em mandatos pedindo transferências de policiais porque estes prenderam seus cabos eleitorais que estavam sem carteiras de motorista. Temos pedidos de transferências de policiais que prenderam o Presidente de um partido político. Recebi uma carta hoje em meu gabinete e pude comprovar que é difícil avançar nessa questão.

A questão política tem interferido apenas para prejudicar o serviço policial. Não há ações políticas para tornar viável a segurança pública deste Estado.

Recebi uma carta de um companheiro da cidade de Lagoa Formosa. O Prefeito dessa cidade interveio junto ao Comando da Polícia Militar do 15º Batalhão da cidade de Patos de Minas e ainda teve a cara-de-pau de oferecer um quartel novo para o destacamento, se transferissem o Soldado que havia prendido o seu cabo eleitoral e seus correligionários. Como denunciei desta tribuna, o filho do Prefeito da cidade de São Geraldo, na Zona da Mata, deu um tapa no rosto de um policial. Se não for preso por desacato, por desobediência e por arruação nas ruas com seu veículo, e se o filho do Deputado, do Desembargador e do Coronel não puderem ser presos, continuaremos com essa polícia dos três Ps. Estamos cansados disso. Não se pode avançar no segundo degrau do inquérito policial porque já há alguém tentando mexer com os pauzinhos para retirar o policial da cidade.

É necessário que o administrador, o Vereador, o Prefeito, o Deputado e o Secretário sejam sérios e acatem a lei. Aproveito para solicitar ao Coronel Álvaro, Comandante-Geral da Polícia Militar, que tome providências, porque o Comandante do 15º Batalhão aceitou uma barganha suja. "Comandante, construirei um quartel novo na cidade de Lagoa Formosa, mas o senhor terá de tirar o Soldado e o Sargento daqui, porque prenderam o Presidente do partido, que é primo do Prefeito". Como avançaremos na questão da segurança pública? Isso é inconcebível em um país, em um Estado e em um município onde se deseja tratar esse assunto com seriedade. A sociedade não agüenta mais. Todos os dias recebemos reclamações relativas à área da segurança pública. E ainda há autoridades que contribuem para que não avancemos com relação a essa questão e para que não atinjamos esse segundo degrau do inquérito policial. Gostaria de não ter recebido essa correspondência e de não estar aqui tratando desse assunto, mas, infelizmente, isso é impossível, porque há pessoas irresponsáveis que não desejam que a questão da segurança pública do nosso Estado avance.

Em parceria com outros companheiros, apresentamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, que trata da integração do aparelho policial. Não podemos permitir que a Polícia Civil continue trabalhando em desencontro com a Polícia Militar. A jurisdição territorial de uma companhia e de uma delegacia não é a mesma, e o decreto do Governador não é cumprido. No dia 20/11/2000, o Governador baixou um decreto, determinando que o Conselho Superior da Polícia Civil e o Alto Comando da Polícia Militar se reunissem trimestralmente. Assim diz o art. 9º desse decreto. Houve alguma reunião? Não. E não houve nenhuma resposta nem para a sociedade, nem para o Governador Itamar Franco. Mas, com a morte do Promotor, criou-se a força-tarefa. Será que criaram uma força-tarefa para o caso do casal de estudantes que morreu em Lavras e para apurar a morte de várias pessoas no Estado? Não. Será que essas pessoas não merecem isso? Será que deixar as duas polícias trabalhando diuturnamente, desencontradas, é um bom negócio para o Estado? Não seria mais econômico criar o distrito policial integrado, com a companhia de uma delegacia? Não seria mais econômico ter uma academia única de polícia? Há dois arquivos criminais. Aprovamos uma lei nesta Casa, e a Secretaria da Segurança Pública está resistindo a ela.

O acesso comum foi determinado por lei, por esta Casa, sancionada pelo Governador. Podem dizer que é da Polícia Judiciária, mas foi aprovada uma lei e o Governador a sancionou. É por causa dessa falta de troca de informações que o cidadão que está nos vendo, quando tem o seu veículo furtado, tem de fazer duas queixas: uma, na PM; outra, na Polícia Civil, porque as duas não acessam os arquivos criminais de forma conjunta, nem as informações uma da outra.

É esse prejuízo que o cidadão tem, na prática. Quando uma ocorrência de assalto a Banco é anunciada no 190, 10, 20, 30 horas depois é que a Polícia Civil é acionada. Será que a Polícia Civil e a PM não sabem disso? Será que o Governador não está sabendo disso? Será que a sociedade não sabe? A sociedade não sabe. Ela não entende desse assunto, mas estamos tornando isso público. Desde quando aqui chegamos, estamos tornando público que as duas polícias precisam se sentar à mesma mesa, precisam compartilhar as informações dos seus arquivos, precisam trabalhar conjuntamente, para que possamos minimizar essa situação.

Recurso financeiro já está difícil. O destacamento da Polícia Militar em Itinga só tem cinco PMs. Não há uma arma pesada. O destacamento fica em frente ao Banco do Brasil; não existe um colete à prova de bala, não existe um HP, um rádio transmissor. A viatura está caindo aos pedaços, não há fax, não tem telefone. Como vão fazer a segurança pública? Numa extremidade do município, está o destacamento da PM; na outra, a delegacia. É o Estado jogando recurso financeiro fora, porque as duas polícias poderiam estar no mesmo prédio. Dizem que é porque têm cultura diferente, mas a sociedade não quer saber disso. Ela está preocupada e quer resultados. Quer ver segurança pública, na prática, para todos, não apenas para meia dúzia, para a casta da sociedade. O cidadão que pega ônibus, que carrega a sua marmita debaixo do braço quer ter mais polícia, mais segurança. Enquanto isso, temos duas polícias que sequer se sentam à mesma mesa.

Sr. Presidente, não vou me cansar, ocuparei esta tribuna todos os dias que for possível, todos os dias em que o Regimento Interno desta Casa me der condição. Estarei aqui, cobrando dos Srs. Deputados, do Poder Legislativo, que vote a Proposta de Emenda à Constituição nº 33. Já não podemos esperar, que mais vidas sejam ceifadas. Não só a do Promotor, como a do Detetive, a da dona da casa lotérica, a da criança do Tejuco. Temos de tomar uma atitude. Esta Casa tem uma parcela de responsabilidade: ou votamos as matérias que estão tramitando, ou chamamos as duas polícias e fazemo-las se assentarem à mesma mesa para discutir segurança pública, ou cobramos a responsabilidade do Ministério Público e do Poder Judiciário, ou então podemos entender que essa situação vai continuar.

Sr. Presidente, peço apenas mais 1 minuto para concluir. Leis estão sendo aprovadas, e não estão sendo cumpridas. Outras estão em tramitação. Quero ver a coragem do nosso Presidente, Deputado Antônio Júlio, para colocar em votação nesta Casa a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, já, para que as duas polícias dêem a resposta e para que possamos cobrar dos outros órgãos também responsáveis pelo sistema de defesa social e segurança pública no Estado. Não me vou acomodar, ocuparei esta tribuna e cobrarei incansavelmente, até que o cidadão desvalido tenha a mesma atenção por parte do poder público e da Assembléia de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Ermano Batista* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a omissão dos governantes sempre constituiu fator de inquietude e indignação para os governados. Quando ao comportamento omissivo se junta a manifestação arrogante do poder autoritário, o sentimento do povo chega às raias da revolta. Por essa razão, acreditamos que só o alto índice de politização e a índole ordeira dos mineiros é que impediram estivesse Minas Gerais hoje totalmente desestabilizado, ante a inoperância e a autocracia do Palácio da Liberdade.

Não desejamos - neste pronunciamento que fazemos em nome da Minoria, ao ensejo da abertura de fato da 4ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura - transmitir aos que nos ouvem uma mensagem de amargura e desesperança. Muito ao contrário: o que pretendemos é refletir com os colegas parlamentares sobre este momento difícil, procurando caminhos para superá-lo em benefício daqueles que aqui representamos. Ao imobilismo e ao poder discricionário do Executivo, este parlamento deve contrapor trabalho combativo e sério, sobretudo considerando que entramos em período eleitoral.

Que o Governo Itamar Franco é falto de realizações, todos o sabemos. São já três anos em que pouco se faz em nosso Estado por iniciativa da sua administração. Existe alheamento em relação aos interesses do povo, enquanto se robustece a percepção do temperamento autoritário de S. Exa. e de seus assessores.

Veja-se agora, por exemplo, a avalanche de vetos governamentais que nos atinge. Estão na pauta, ao que nos consta, nada menos que 23 vetos do Governo, sendo 13 totais e 10 parciais, golpeando propostas desta Assembléia que envolvem o bem público. Assim, o Sr. Governador opõe veto a proposições de interesse do consumidor, da indústria, do esporte, das telecomunicações, dos servidores públicos e do ensino superior. Propostas de magna relevância, como a do Micro Geraes, do orçamento fiscal do Estado e do cumprimento de contratos administrativos tampouco escaparam à ira oficial. Sobre isso, exatamente, é que pedimos a atenção dos colegas parlamentares: vamos examinar os vetos com critério, opondo-nos firmemente às pressões que nos pretendam impingir, derrubando os inaceitáveis e só acatando aqueles com fundamentação sólida. Essa linha de compromisso com o povo, aliás, deverá nortear nossa atuação quanto a outros projetos que nos esperam, tais como o do novo modelo previdenciário para os servidores estaduais, os que extinguem o Departamento de Obras Públicas e a Procuradoria-Geral da Fazenda e, finalmente, o que organiza a Defensoria Pública do Estado.

É inevitável que a campanha para as eleições ocupe parte de nossas prioridades, mas é inaceitável que nos dediquemos a ela com prejuízo para nosso trabalho na Casa. Nunca como agora esteve o povo tão atento ao que aqui se passa. Pois devemos corresponder a esse interesse, trabalhando muito e trabalhando bem. Com toda certeza, se assim o fizermos, iremos crescer no conceito de nossos eleitores, em particular, e no do povo de Minas Gerais como um todo.

Como dissemos anteriormente, a situação do Estado preocupa. Nossos indicadores socioeconômicos, no ano que passou, situaram-se abaixo da média nacional.

O problema da segurança pública aqui se igualou em gravidade ao que se registra no resto do Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo. O desemprego campeia, o sistema de saúde se mostra incapaz de enfrentar as endemias e epidemias - veja-se o caso da dengue -; o sistema rodoviário transformou-se em caos, e, para culminar, as chuvas expuseram a falta de infra-estrutura de nossas cidades, causando autênticas catástrofes.

Em síntese, avolumam-se os problemas enquanto o Palácio da Liberdade perde-se em polêmicas e maquinações eleitoreiras. Chega a ser curioso, a propósito, que a administração Itamar Franco esteja despendendo enormes quantias com a publicidade oficial. Mesmo que não fosse

enganosa - e ela o é -, essa propaganda seria dispensável, porquanto os recursos deveriam ser direcionados para obras e realizações. Tais recursos, incidentalmente, se não saem do caixa único do Estado, parece que sairiam dos caixas da CEMIG e da COPASA. Se assim for, cairão por terra os argumentos do Governador contra a privatização daquelas empresas: estaria ele interessado no controle das receitas, e não na defesa do patrimônio do povo.

Parece que mais vale para o Sr. Governador a permanente polêmica que alimenta com o Governo Federal. Tudo indica que a S. Exa. mais interessam as idas e vindas partidárias em torno de uma pretensa candidatura à Presidência da República. A impressão é que o específico tomou o lugar do geral.

Paralelamente, nosso povo continua também penando com o rigorismo fiscal-tributário: veja-se a taxa de renovação de licenciamento de veículos e a maior incidência do ICMS sobre o preço da gasolina. Os servidores públicos estaduais são levados ao desespero com a indigência salarial. O sistema de educação, antes motivo de orgulho para Minas Gerais, entra em pane. O quadro seria desolador para os mineiros, não tivessem eles aquela fortaleza de espírito que fez de Minas o berço da nacionalidade brasileira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não podemos desapontar o povo mineiro neste momento crucial de nossa realidade. A um Executivo fraco vamos contrapor um Legislativo forte e atuante. Em face das exigências eleitorais, vamos demonstrar redobrada assiduidade e dedicação em nossas lides nesta Casa. Vamos completar a 14ª Legislatura sob o signo da seriedade e do trabalho, em contraposição, infelizmente, à omissão e ao ócio instalados no Palácio da Liberdade. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, senhores presentes nas galerias, senhores telespectadores da TV Assembléia, após o recesso do final de ano, gostaríamos de estar na tribuna, nesta primeira manifestação, para falar de vida, mas, infelizmente, a nossa discussão hoje se refere à morte. Em primeiro lugar, quero dizer da morte de uma pessoa muito querida por nós, no Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, pelo País como um todo e, por que não dizer, por toda a Igreja Católica, que foi D. Alexandre, falecido na semana passada. Digo isso porque ele foi sagrado Bispo aos 33 anos de idade, portanto o Bispo mais novo da história da Igreja Católica. E, na outra linha, era um Arcebispo de 93 anos de idade quando faleceu, sendo considerado o Arcebispo mais idoso da Igreja Católica. Portanto, o trabalho de orientação espiritual que D. Alexandre fez por onde passou, sobretudo na nossa região, na cidade de Uberaba, deixou um sentimento de perda bastante grande, e apresentaremos um requerimento de pesar a esta Casa e à Igreja Católica pelo passamento dessa figura ilustre que foi D. Alexandre.

Em segundo lugar, quero trazer um assunto importante no momento, que trata também de morte, que é a morte decretada dos profissionais designados da nossa educação de Minas Gerais. Tivemos um concurso público e voltamos a repetir que não fomos contrários, em absoluto, à sua realização. Mas reafirmamos que o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Educação, não levou em consideração esses profissionais, que hoje estão em situação de abandono, de desespero, sem emprego. Evidentemente é um fato relevante, do qual temos que cuidar. Ouvi diversos comentários de profissionais ligados à Secretaria da Educação a respeito de que esta Casa está fazendo populismo, que está fazendo média com esses designados. Quero dizer às pessoas que pensam dessa forma que a Assembléia Legislativa está tendo a responsabilidade de conversar com esses profissionais, professores ou serviços, que dificilmente conseguirão novos empregos. Portanto, esta Casa está tendo a responsabilidade de trazer essas pessoas, acolhê-las e sensibilizar quem não está tendo a sensibilidade devida para consertar essa grave situação, que não foi criada pelo atual Governo, que já vem de muito tempo. Mas, certamente, a responsabilidade pela realização do concurso é do atual Governo, e queremos ver uma ação mais efetiva nesse sentido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, durante o recesso assistimos também à morte de um modelo de sociedade. Refiro-me à Argentina, que é um país cercado pelo populismo. Dizem que o populismo é um convite para ir ao inferno, frase do nosso Ministro Roberto Brant, e, evidentemente, os dirigentes argentinos convidaram o povo argentino, há bastante tempo, para ir ao inferno, fazendo um populismo que não faria nada em termos da estruturação daquele país. E esse populismo, aliado à corrupção, trouxe à Argentina uma decadência muito grande, que estamos notando hoje. As elites, as classes dominantes da Argentina, se apoderaram do poder público, das riquezas, com a prepotência dos seus concidadãos e a degradação da instituição pública naquele país.

Quando me refiro à morte de uma sociedade, de um modelo, quero dizer da semelhança que podemos encontrar entre a Argentina e a sociedade brasileira. Hoje também estamos metidos num populismo exacerbado, de esquerda, de direita, de centro, e estamos metidos num processo de corrupção ainda bastante acentuado, não sei se maior ou menor do que antes, porque hoje temos transparência, por meio de nossos meios de comunicação. Mas, de qualquer maneira, a corrupção ainda grassa por todo este País, em todas as instâncias, não só no poder público como também na iniciativa privada. Portanto, não gostaríamos, definitivamente, que este País entrasse no funil que levou a sociedade argentina a essa situação em que está hoje, de quebra-geral generalizada.

Mas tememos, porque os meios que levaram a Argentina a estar como está são exatamente os meios de cultura em que a sociedade brasileira vive hoje. Queira Deus que sejamos diferentes no resultado final! É claro que corremos um sério risco de chegarmos aonde está hoje a Argentina.

Com relação à morte de um modelo de segurança, quero referir-me também à morte de tantos brasileiros. Hoje, o Brasil perde mais de 40 mil cidadãos por homicídio, a maioria envolvida com o crime organizado, sobretudo com o tráfico de drogas. O pior é que há morte de muitos brasileiros sem o devido esclarecimento. Refiro-me à morte do Prefeito Celso Daniel, que, na verdade, em que pese aos meios de comunicação estarem dando o caso como próximo ao final, até hoje está sem o devido esclarecimento.

Há ainda a morte bárbara e brutal do Promotor Francisco José Lins do Rego. Felizmente podemos dar parabéns a Minas Gerais e à força-tarefa que foi formada para esclarecimento desse crime. No entanto, força-tarefa não pode ser apenas para o esclarecimento de crimes cometidos contra pessoas relevantes da sociedade. Temos de ter também força-tarefa para esclarecer a morte de pessoas simples, cujas famílias sofrem por falta de esclarecimentos. E até hoje nada.

Acreditamos que a morte do Promotor Francisco José Lins do Rego vai servir de motivação para que os Promotores entrem, a fundo, no esclarecimento de crimes e de tudo o que ocorre na sociedade. Refiro-me, em especial, ao Promotor André Baldino, que nos acompanhou na CPI do Narcotráfico com a sua coragem. Esperamos que isso sirva como estímulo para que possam continuar esse trabalho bonito que estamos vendo o Ministério Público realizar.

Queremos focar a relação de tantas mortes com a segurança pública. Digo isso para reflexão de V. Exas. e dos telespectadores. Diria que a própria formação da sociedade brasileira foi calcada na exploração do País. Tudo se baseou em explorar minério, ouro, pau-brasil e outras coisas, e não em construir uma nação. Até hoje há essa cultura da falta do comprometimento dos brasileiros, de maneira generalizada, com a Nação, com o coletivo. A cultura individualista de cada brasileiro, sem dúvida alguma, é uma trava em nosso desenvolvimento.

É importante tomar consciência disso, porque, se quisermos ser uma nação organizada, desenvolvida, que ofereça oportunidade a todos, temos de mudar. Trata-se de questão individual. Não é questão de governo nem das instituições. É questão de mudança de comportamento individual, para deixar de lado o egoísmo e o individualismo e assumir o caráter coletivo da sociedade.

Já falei anteriormente sobre a corrupção, sobre essa barbárie que vivemos na sociedade brasileira. Sem dúvida alguma, a corrupção é uma escravidão de brancos, de negros, de amarelos, de índios. Algumas elites, algumas classes dominantes se apoderaram do Estado brasileiro e estão escravizando o resto da sociedade brasileira.

O Brasil é um dos países mais injustos em termos de distribuição de renda, e, mais do que distribuição de renda, distribuição de oportunidade e de justiça. Portanto, são referências negativas. Temos de refletir como sair deste processo de corrupção, que leva a tantas desgraças no País.

Quero enfatizar mais um aspecto, para que possamos enxergar por que tantas coisas ruins e negativas estão ocorrendo no País.

Aqui enfoco mais um detalhe: o mau exemplo das autoridades públicas brasileiras. Todos os dias vemos notícias de que lideranças de todas as ordens fazem inúmeras coisas erradas em nosso País, o que contamina a iniciativa privada. A cada dia a iniciativa privada ganha espaço com a sonegação. Contamina a sociedade como um todo, que passa a ter um descrédito nas autoridades, sobretudo nas autoridades públicas. Falta credibilidade para a instituição pública brasileira. Foi o que aconteceu na Argentina e que, com certeza, acontece no Brasil de uma maneira acentuada. Refiro-me também ao sistema político-partidário. Há quanto tempo fala-se em reforma política neste País, e a coisa não sai do lugar? O sistema político-partidário que aí está só interessa aos marginais da política brasileira e a mais ninguém. Se o Congresso Nacional não assume a responsabilidade de fazer uma grande reforma político-partidária no nosso País, podemos inferir que no Congresso Nacional há mais marginais que pessoas de bem.

O sistema tributário e fiscal. Uma carga tributária hoje que incide sobre praticamente 1/3 do PIB brasileiro. É um parceiro, um sócio, que leva a maior parte da riqueza, do lucro do nosso País para gastar com coisas que não são prioridade da sociedade brasileira. Portanto, quando o Governo tem uma carga tributária alta, evidentemente que passa a estimular a sonegação e o próprio Governo passa a ser um fabricante de marginais neste País. Não podemos jogar a culpa apenas em cima de Governo, mas ele tem uma responsabilidade muito grande de tudo que está acontecendo no nosso País, pelo mau exemplo que dá para toda a sociedade.

A concentração de recursos em Brasília. Nem na época da ditadura, concentraram-se tantos recursos na Capital Federal. Segundo dados, 64% dos recursos estão concentrados em Brasília, que, hoje, poderíamos chamar de a capital mundial da falcatura. A distribuição de renda, o pacto federativo, evidentemente feito através da reforma tributária e fiscal, vai dividir esse bolo com os Estados e os municípios, que estão necessitados de recursos, e vai desestimular os lobistas, os crápulas que rondam Brasília e que tomam o dinheiro que deve ser aplicado na nossa sociedade.

Uma coisa boa tem acontecido, qual seja a extinção da imunidade parlamentar e a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, caminhos que nos dão a esperança de que as coisas podem mudar, desde que haja vontade ou coragem, como foi dito pelo Deputado Sargento Rodrigues, política.

Dizem que temos quatro Poderes: o Judiciário, o Legislativo, o Executivo e a imprensa, que seria o quarto poder. Mas temos que ter a coragem de dizer que existe, na sociedade, um quinto poder, que é o do crime organizado. Vendo o Estado do Rio de Janeiro negociando com bandidos, escolas públicas de Minas, através de seus Diretores, negociando com traficantes para a boa harmonia de seu estabelecimento, podemos afirmar que o quinto poder aí está para confrontar-se com os poderes constituídos do nosso País.

Gostaria de contar um caso que me deixou estupefado. Vi um amigo, no final de semana, tomando cerveja com criminosos e traficantes. Perguntando-lhe o que aquilo significava, ele me respondeu: "Justiça lenta e não confiável; um Código Penal de 1941, quando a sociedade era rural; um sistema carcerário que é uma verdadeira fábrica de marginais, uma polícia precária, a regra prática manda ser amigo dos bandidos, se quisermos ter segurança". É triste ver fortalecida a tese de que o crime compensa. Um crime que muitos atribuem à pobreza, à impunidade, à injustiça que grassa pelo País.

Algumas soluções já foram apontadas pelo Deputado Antônio Carlos Andrada. Não quero ser repetitivo, mas a educação é o caminho mais importante para trazermos segurança à sociedade brasileira. A partir do momento em que uma criança não tem acesso à pré-escola, um jovem não pode cursar uma faculdade, apesar de ter passado no vestibular, existe, sim, motivo de revolta. A valorização da família, a produção para geração de emprego para a sociedade, a confiabilidade e a responsabilidade do poder público...

Esta Assembléia tem feito sua parte, não mais adianta levantar problemas e diagnósticos, pois precisamos é de cobrar do Governo do Estado ações efetivas. Aqui já se fez CPI da Carceragem, CPI do Narcotráfico. Já foram lançadas propostas para a segurança pública do Estado. Aqui se fizeram programas de desenvolvimento econômico capazes de gerar emprego e também a CPI do Leite, que nos mostrou como este País está deixando que os grandes grupos transnacionais prejudiquem nossas pequenas e médias indústrias, pequenos e médios comércios, pequenos e médios produtores rurais, deles tirando sua fonte de renda, trazendo insegurança para a sociedade.

O Fundo de Segurança do Governo do Estado, pouco utilizado, vai para o caixa único para outros fins. Presídios como os de Viçosa e Uberaba encontram-se sem condições de utilização. Também encontra-se ameaçado o cumprimento da lei, pois, a partir do momento em que um Governo não cumpre um mandado judicial, nota-se o desrespeito, dando-se mau exemplo para toda a sociedade.

Gostaria de fazer mais alguns comentários, mas, como meu tempo encontra-se esgotado, agradeço a paciência de V. Exa. e daqueles que ouviram meu desabafo. Espero que possamos refletir e, junto com toda a sociedade, busquemos um caminho que evite que nosso País siga os passos da nossa vizinha Argentina. Muito obrigado.

324ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 21/2/2002

O Deputado Márcio Cunha* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da nossa querida TV Assembléia, que deverá entrar no ar daqui a alguns minutos conforme deseja nosso grande jornalista João Carlos Amaral e outros. O assunto que me traz à tribuna expressa o desejo unânime desta Casa, buscando o enaltecimento do Poder Legislativo de Minas. Esta Casa viveu, no segundo semestre do ano passado, dias conturbados, quando a imprensa mineira questionou as verbas destinadas aos Deputados. Refiro-me às verbas destinadas aos Deputados, e não, como infelizmente insistiu parte da imprensa, aos salários dos Deputados. O salário é uma coisa e as verbas, inclusive algumas indenizatórias, para o exercício do mandato, são outra coisa. Mas, naquele momento, não adiantava apresentar explicações. Porém, como todo episódio tem um outro lado, foi-nos possível dele tirarmos lições.

Quero extrair desse episódio uma discussão importante para o nosso Legislativo: a que se prestam os legisladores estaduais deste País? O que faz uma Assembléia Legislativa? Qual é o papel constitucional do parlamentar estadual?

E trago a experiência da vereança em Belo Horizonte. Fui Vereador por 16 anos e digo sem constrangimento, que realizava-me muito mais como Vereador por Belo Horizonte do que como Deputado Estadual. Por culpa da própria Assembléia? Por culpa da minha primeira atuação com

Deputado Estadual? Não. Exatamente por causa das prerrogativas existentes hoje nos Legislativos Estaduais.

E foi por isso que aceitei o convite de alguns Deputados de Minas e de fora para integrar a UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais, entidade que congrega os Deputados Estaduais de todo o Brasil.

Em nome desta Casa e de uma consciência que considero coletiva, comecei a trabalhar e a questionar as prerrogativas dos Legislativos Estaduais. E, juntamente com Deputados de outros Estados, conseguimos formalizar e aprovar uma proposta da UNALE que será votada hoje em todas as Assembléias Estaduais para que possamos entrar naquilo que nos compete e que estabelece a Constituição Federal, que é uma emenda à Constituição Federal avocando prerrogativas para os Legislativos Estaduais. Fiz questão de fazer esse meu pronunciamento por escrito, muito embora o tenha traduzido nessa introdução. É com grande satisfação que volto à tribuna desta Casa Legislativa, onde percorro a 4ª Sessão Legislativa do meu primeiro mandato. Aqueles que acompanham minha trajetória política, iniciada em 1982 quando, com o apoio da população de Belo Horizonte, elegi-me Vereador à Câmara Municipal da Capital – mandato este que repetiria outras três vezes consecutivas – sabem que não sou pessoa de virar as costas para o trabalho; muito pelo contrário, aceito sempre os desafios de campanhas ou projetos que possam contribuir para a melhoria do bem-estar geral da comunidade. Estou sempre presente nas reuniões de comissões da Assembléia, das quais faço parte como membro efetivo ou na suplência e, da mesma forma, exerço meu trabalho no Plenário desta Casa. Tudo sem abrir mão do acompanhamento "pari passu" das reivindicações das comunidades de Belo Horizonte e outras dezenas de cidades do interior mineiro, as quais tenho a honra de representar junto aos Poderes Legislativo e Executivo.

Acredito que exerço satisfatoriamente minhas tarefas como Deputado Estadual, tendo apresentado quase 40 projetos de lei nos últimos três anos. No entanto, aos amigos e à imprensa já declarei por inúmeras vezes minha frustração como parlamentar por Minas Gerais. Num Estado de enorme extensão territorial como o nosso, com 853 municípios, é muito frustrante perceber o quão pouco podemos fazer para atender às demandas urgentes das comunidades. Tudo porque o poder de legislar das Assembléias Legislativas está completamente amarrado pela legislação federal. A Constituição de 1988, recebida com alegria pelos brasileiros como Carta moderna, cerceou as prerrogativas dos Deputados Estaduais. Praticamente tudo o que é de maior importância para os cidadãos nas áreas de trânsito ou da segurança pública, bem como das normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares, dos recursos minerais e metalúrgicos, das jazidas e minas, encontra-se sob a guarda da União, pouco restando como competência dos Estados.

Por essas razões, nós, membros da UNALE, órgão em que ocupo o cargo de Diretor da Região Sudeste, temos defendido a ampliação do poder de legislar das Assembléias Legislativas brasileiras. Esse movimento está em curso desde 29/10/2001, quando foi realizada uma conferência da UNALE na Assembléia Legislativa de Goiás, com Presidentes e representantes de Assembléias Legislativas de todo o País, como eu, o Deputado Cristiano Canêdo e o Deputado Miguel Martini. Como disse no início deste pronunciamento, a minha frustração – e acredito que é também a de todos os nobres Deputados desta e das demais Assembléias brasileiras – é perceber que um Vereador de cidades como Belo Horizonte tem mais poder de legislar que um Deputado Estadual. A população cobra competência da Assembléia, mas desconhece que a Constituição Federal, principalmente em seus arts. 22 e 23, restringe essa faculdade outorgada pela vontade popular de cada Estado.

Como Diretor da UNALE, trabalho em busca de maior autonomia das Assembléias Legislativas, dos Estados e dos municípios perante a União. Nossa meta é alterar a Constituição Federal, que nos deixa de mãos atadas perante os desafios cada vez mais regionalizados, como é o caso da segurança, finanças públicas e questões relativas ao trânsito, para citarmos segmentos mais em evidência na mídia.

Assim assinala o Prof. Josaphat Marinho, jurista que prepara proposta de emenda à Constituição Federal para a UNALE, que ampliará o poder de legislar das Assembléias Legislativas: "As formas políticas, mesmo bem definidas na doutrina, assumem feições diferenciadas na prática dos povos". Isso que dizer que os mineiros podem ter uma legislação específica na formação e atuação de sua força policial, divergente do que se emprega no Acre ou no Rio Grande do Sul. Afinal, somos ou não uma federação, uma união política, de Estados? Gozamos ou não de autonomia perante o Governo central?

Entendo que nossa autonomia é apenas relativa. O poder central tudo pode, mas não é onipresente, não pode estar ao mesmo tempo em toda parte quando a violência ou as calamidades caem implacáveis sobre os nossos Estados e municípios, muitas vezes deixando os cidadãos entregues à própria sorte. Como Diretor da UNALE, passo às mãos da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais uma proposta de projeto de resolução que aprova o encaminhamento de propostas de emenda à Constituição ao Congresso Nacional, na forma do art. 60, inciso III, da Constituição Federal de 1988. Esse artigo estabelece, entre outras coisas, que a Constituição poderá ser emendada mediante propostas de mais de metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

Estamos fazendo um trabalho, hoje, em todas as Assembléias do País, para conseguirmos, em cada uma delas, aprovar essa proposta. Já conversamos, inclusive, com o Presidente da Câmara dos Deputados, o mineiro Aécio Neves, e lhe falamos sobre nosso trabalho, em todas as unidades federadas, para aprovar esse projeto de resolução, exigindo as prerrogativas que, ao longo do tempo, este Poder perdeu.

No ano passado, tivemos a satisfação de trazer à consideração dos senhores o Projeto de Lei nº 1.921/2001, de minha autoria, que hoje tramita na Casa e tem como objetivo levar ao conhecimento dos futuros cidadãos mineiros a dinâmica do trabalho diário dos Deputados de Minas. Tenho certeza de que a maioria dos Deputados desta Casa está de acordo com ele, pois, a se manter o atual estado legal, estaremos cumprindo pela metade nossa missão perante a população mineira.

Irei, então, ler o projeto de resolução. (- Lê:)

"Aprova o encaminhamento de propostas de emenda constitucional ao Congresso Nacional, na forma do art. 60, III, da Constituição Federal de 1988. Art. 1º - Ficam aprovadas as propostas de emenda à Constituição Federal de 1988, constantes nos anexos I, II e III. Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação".

Encaminho esses anexos e as propostas, em que estaríamos avocando, para o Legislativo estadual, prerrogativas, que nos fariam, sinceramente, legisladores por competência, por direito e por atividade constitucional.

Tramita nesta Casa projeto de minha autoria, que institui o Programa Deputado Mirim. A sociedade, mais do que nunca, precisa compreender e conhecer sobre as funções e as obrigações dos parlamentares, em qualquer nível, ou seja, Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores da República. A nossa comunidade tem a obrigação e o direito de saber os deveres de um parlamentar, para exigir exatamente aquilo que temos a competência e a obrigação de realizar. É impressionante o desconhecimento da população a respeito dos reais objetivos e obrigações dos parlamentares. Infelizmente, as pessoas procuram os nossos gabinetes, quer sejamos Vereadores ou Deputados, para questões absolutamente pessoais e que não dizem respeito à nossa obrigação constitucional.

Com essa iniciativa, estamos abrindo essa discussão, junto aos Deputados e à comunidade mineira. A que se prestam os Deputados de Minas? Quais são as nossas prerrogativas, as nossas incumbências e os nossos objetivos? Essas questões têm de ser discutidas com a sociedade, que nos elegeu como seus representantes. Aquele episódio ocorrido no segundo semestre do ano passado foi importante para alertar a todos para a necessidade de se discutir o nosso papel como legisladores. Entregarei o projeto de resolução ao Vice-Presidente Alberto Pinto Coelho, para que

repassa à Mesa Diretora e ao nosso Presidente Antônio Júlio. Posteriormente será levado à UNALE, e o entregaremos ao Deputado mineiro Aécio Neves. Estaremos pleiteando que sejam avocadas aos Legislativos estaduais mais prerrogativas, a fim de que possamos, por excelência, ser efetivamente legisladores.

Na segunda-feira próxima, estarei participando de reunião da UNALE, em Brasília. Essa proposta de projeto de resolução, que já se encontra de posse da Mesa Diretora desta Casa, será aprovada e encaminhada ao Congresso Nacional. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados, estou protocolando, hoje, um requerimento na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. É um documento que requer seja realizada audiência pública daquela Comissão a fim de obter documentos sobre indícios de irregularidades e desvios de recursos do orçamento da União, denunciados pela imprensa, envolvendo Prefeituras do Estado, empresas-fantasma e utilização de "laranjas".

Nesse requerimento solicito que sejam convidadas as seguintes autoridades: um representante da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, para acompanhar os trabalhos dessa apuração que pretendo iniciar; o Procurador responsável pela Promotoria de Crimes Praticados por Prefeitos, Dr. Gilvan Alves Franco; o ex-Prefeito de Águas Formosas, João Augusto Fernandes; o Deputado Federal João Magalhães; o seu ex-assessor, Márcio Passos; o Sr. Ardilino de Assis, sócio da empresa Chaves e Rangel.

O jornal "Estado de Minas" e outros órgãos da imprensa - a Rede Globo também tratou desse assunto - divulgaram parte de um estudo que vem sendo feito há muito tempo pelo Dr. Gilvan e seus companheiros da Promotoria de Crimes Praticados por Prefeitos. É um estudo um pouco constrangedor quanto ao que é feito com a verba e com o erário público a partir de emendas de parlamentares ao orçamento da União. O fato é que esse estudo, preliminarmente, aponta pelo menos 32 Prefeituras, alguns Prefeitos de agora e a grande maioria da legislatura passada. Essas Prefeituras estariam envolvidas com pelo menos 23 empresas - fantasmas. Faziam carta-convite, porque a modalidade permitia isso para contratação de obras de menos de R\$150.000,00. Eram empresas viciadas em um esquema de corrupção de verba orçamentária. Os 32 municípios envolvidos são do vale do Mucuri, do Jequitinhonha e do rio Doce. As 23 empresas eram comandadas por outra empresa, e pelo menos R\$7.000.000,00 foram desviados nessa falcatura.

O caso é grave e, ao mesmo tempo, simples de entender. Um Deputado Federal faz emenda ao orçamento, e essa emenda, geralmente relativa à saúde, portanto da área do Ministério da Saúde, teria como destino obra a ser realizada em determinado município. O Prefeito faz o acordo, assina e abre processo de licitação de carta-convite. Uma empresa-fantasma, conhecida ou não do Prefeito, é incluída na carta-convite. O que acontece é que muitas vezes essa empresa não existe. O endereço é falso, a empresa é fantasma ou de algum "laranja". A verba vai para essa empresa, e outra empresa é que acaba fazendo a obra, e, às vezes, acaba não fazendo.

O que pode estar acontecendo ou está realmente acontecendo? Essa emenda do Deputado, a chamada emenda individual, que, felizmente, não acontece nesta Casa, mas é coisa comum na Câmara dos Deputados, é liberada por meio do Deputado para algum município. Então, o Prefeito contrata a empresa por meio de carta-convite. Geralmente, a empresa que ganha é uma empresa-fantasma, de "laranja", e a obra, se é feita, é com superfaturamento. Para quem fica o percentual do superfaturamento? A questão é: o Deputado Federal e o Prefeito Municipal estão envolvidos nisso, com recebimento de propina?

O jornal "Estado de Minas" de ontem apontou uma dessas empresas como a responsável por centralizar verbas que viriam da União por meio desse esquema de corrupção. Foi apontada como exemplo a Prefeitura de Águas Formosas, cujo ex-Prefeito diz que a assinatura para a liberação da verba não é dele. Então a assinatura desse ex-Prefeito teria sido falsificada para liberar os recursos no Ministério da Saúde. Se é verídico o que diz o ex-Prefeito, em outros municípios pode ter acontecido a mesma coisa: assinaturas falsificadas de Prefeitos foram utilizadas por um determinado Deputado para liberar os recursos, demonstrando corrupção e superfaturamento de obras.

Essa denúncia se torna extremamente séria porque não diz respeito apenas à Prefeitura de Águas Formosas. O jornal disse, no caso de Águas Formosas, que a empresa era fantasma. Um dos sócios da empresa, o Sr. Ardilino de Assis Serrano, cuida de uma fazenda em Governador Valadares e não sabia nada disso. Fez isso porque o patrão pediu. Não teria a menor condição, pelo que retrata a reportagem, de ser sócio de qualquer tipo de construtora, porque não possui bens. Foi, portanto, uma pessoa levada de má-fé a ser laranja de uma dessas construtoras. Se o caso se resumisse a uma Prefeitura em Minas Gerais, bastaria a correção e apuração desse fato específico. Mas esse foi um exemplo.

O "Estado de Minas" de hoje traz com maiores detalhes a denúncia do Dr. Gilvan, Procurador responsável pela Promotoria de Crimes Praticados por Prefeitos. Ele diz que pelo menos 32 municípios estão nesse esquema com 23 empresas-fantasma, com, no mínimo, R\$7.000.000,00 liberados apenas a partir da emenda de um Deputado Federal, o João Magalhães, que, evidentemente, nega tudo. Mas ele foi o autor dessas chamadas emendas individuais.

Isso pode ser apenas a ponta do "iceberg". Muitos Deputados podem estar fazendo emendas individuais num esquema com empresas. Estas podem alocar os recursos liberados em municípios onde têm contato com os Prefeitos. Os Prefeitos, por sua vez, podem estar coniventes com a situação ou nem conhecer o caso. A assinatura deles no documento pode ter sido falsificada, como afirma o ex-Prefeito de Águas Formosas. Portanto, é um esquema extremamente cruel e estranho, que merece apuração mais detalhada.

Alguns podem dizer que este assunto é de competência da Câmara Federal e que os Deputados desta Assembléia não têm nada a ver com isso. Não é verdade. Apesar de as verbas serem federais, são repassadas para os municípios de Minas, para as Prefeituras e Prefeitos do Estado. Portanto, esta Casa tem tudo a ver com essa apuração.

Com tal objetivo iniciei o meu pronunciamento, falando sobre esse requerimento que já oficializei junto à Comissão de Fiscalização Financeira, com o convite a essas autoridades, especialmente ao Dr. Gilvan, Procurador da Promotoria de Crimes de Prefeitos, a fim de que possa detalhar o funcionamento desse esquema de corrupção, envolvendo empreiteiras fantasmas, com obras pagas pelo orçamento da União.

Solicitarei ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, Deputado Mauro Lobo - espero que continue nesse cargo, pelo brilhante trabalho que vem realizando -, que isso seja agilizado, a fim de que comecemos a apuração. Se isso for apenas um exemplo e as dimensões forem maiores, com o envolvimento de outros Deputados, certamente seremos obrigados a instalar uma CPI para fiscalizar o que está sendo feito com as verbas do orçamento da União destinadas por parlamentares federais ao Estado de Minas.

A Deputada Maria José Hauelsen (em aparte)* - Muito obrigada, Deputado Rogério Correia. Sua fala é mais do que oportuna. Embora não nos alegremos com a corrupção que atinge as regiões mais pobres do Estado, ficamos alegres porque até que enfim aparece a ponta desse "iceberg", a que V. Exa. se referiu, ou seja, o início das apurações de uma corrupção que já é famosa nos vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Por volta de 1990 ou 1991, descobrimos uma quadrilha que passava nos dias 1º, 10 e 30 de cada mês, distribuindo e vendendo notas fiscais falsas de empresas fantasmas que vendiam mercadorias. Na oportunidade, fizemos até papel de Detetives: apuramos irregularidades, levamos as denúncias ao Ministério Público, fomos até à Polícia Federal. Mas nada foi feito.

Portanto, Deputado Rogério Correia, quando os fatos começam a surgir, sinto esperança de que o Brasil tenha conserto e de que a corrupção há de diminuir. Louvo a sua iniciativa. Nesta oportunidade, informo que também estou encaminhando um requerimento ao Presidente da Comissão de Assuntos Municipais. Nesse caso, caberia um trabalho conjunto das comissões, a fim de realizar uma audiência pública com o objetivo de debater as denúncias veiculadas pela imprensa. É pertinente que seja um trabalho conjunto das Comissões de Fiscalização Financeira e de Assuntos Municipais.

Parabéns, Deputado, pelo seu depoimento. Se Deus quiser, as coisas ficarão cada vez mais claras e o povo dos vales do rio Doce, do Mucuri e do Jequitinhonha sofrerá menos com os efeitos da corrupção quando os fatos forem devidamente apurados.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Deputada Maria José Haueisen. Acato a sua sugestão de realizarmos uma reunião conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e de Assuntos Municipais, a fim de apurar os fatos.

Isso parece ser mesmo a ponta do "iceberg" desse processo que foi denunciado pelo Dr. Gilvam, por meio de um trabalho fabuloso que vem realizando. Digo que é a ponta do "iceberg", porque tenho informações de que esse assunto tem sido fiscalizado pela Câmara Federal.

Liguei de manhã para o Deputado Federal Virgílio Guimarães, que me assegurou que há outros casos semelhantes a esse. Então - quem sabe? - podemos começar a desvendar o mistério dessas verbas, o qual sempre nos encabulou. As obras prometidas que se iniciam nunca terminam ou, às vezes, gasta-se dinheiro que seria suficiente para construir uma vez e meia a obra que se pretende, como, por exemplo, um centro de saúde, que não sai do alicerce.

Portanto, esse mistério pode ser desvendado a partir de agora. Julgo que devemos começar com esses convidados que mencionei no início do meu pronunciamento. Vou acatar a sugestão da Deputada Maria José Haueisen: que encaminhe conjuntamente esse requerimento, para que as duas comissões possam trabalhar juntas.

Para terminar, quero dizer que, se, de fato, o que se avizinha for o que estamos pensando, provavelmente esta Assembléia terá que criar CPI para apurar o destino das verbas do Governo Federal. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembléia, cumprimento o Deputado Rogério Correia pelo seu pronunciamento. Verdadeiramente, a Assembléia não pode ficar omissa nessa questão e deve dar a sua contribuição para a apuração desses fatos.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Muito obrigado, Sargento Rodrigues.

Gostaria de aproveitar este momento para fazer a leitura de ofício encaminhado pela Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e da Região Centro-Oeste - SINTRAN -, Sra. Rosa Maria de Oliveira. (- Lê:)

"Prezado senhor, venho através deste comunicar a V. Exa. a denúncia feita pelo Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e da Região do Centro-Oeste - SINTRAN -, que ajuizou ação de mandado de segurança a favor da servidora pública municipal de Perdigoão, Rosa Maria Camila, que vem sofrendo séria perseguição por parte do Prefeito daquela cidade, Sr. Constantino Demetrius Bilales Neto.

O Chefe do Executivo Municipal, ao arrepio da Constituição Federal, suspendeu o pagamento dos salários da servidora desde o mês de março de 2001, permanecendo essa situação até o momento. O mandado de segurança, Processo nº 045201002181-7, foi julgado procedente, sendo concedida a liminar pelo Juiz de Direito da Comarca de Nova Serrana, Marco Aurélio Chaves Albuquerque, datado de 28 de novembro de 2001. Porém, até o momento, o Prefeito não cumpriu a sentença judicial. É tão flagrante a perseguição política sofrida pela servidora que o MM. Juiz de Direito não somente determinou o imediato pagamento dos salários, mas também o pagamento de multa diária a favor da servidora, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais), até o efetivo cumprimento da determinação legal.

A liminar concedida em favor da servidora teve inclusive respaldo por parte do Ministério Público, com parecer da Promotora de Nova Serrana, Aléssia de Santa Bárbara Souza.

Tendo sido informado acerca da liminar concedida no referido processo de mandado de segurança, o Prefeito de Perdigoão, ignorando a ordem judicial, proibiu a servidora de entrar na escola municipal onde trabalha. Esta se viu obrigada a cumprir seu horário de trabalho à porta da escola.

Há sérias razões que nos levam a crer que, além de perseguição política, a referida servidora vem sendo punida por puro racismo. Com curso superior na área de educação, ela foi proibida e impedida de concorrer ao cargo de Diretora.

É inadmissível tal situação no País, neste momento em que a sociedade brasileira vem exigindo postura mais coerente dos três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Não se admitem, por parte de um Chefe do Executivo, atitudes de "dono da cidade", ridicularizando e ignorando o Judiciário e fazendo o que bem entende. Uma ordem judicial tem que ser cumprida, não podendo um representante do povo fazer da lei aquilo que bem entende, onerando, com tal atitude, os cofres públicos.

Solicitamos da Comissão de Direitos Humanos apuração dos fatos e providência urgente para tal situação."

Quero deixar público que nós, da Comissão de Direitos Humanos, estamos encaminhando todas as providências possíveis e necessárias para restituir a dignidade e a justiça a essa servidora. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Cumprimento o Deputado Edson Rezende pelo pronunciamento e pelas providências que certamente serão tomadas pela Comissão de Direitos Humanos.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, tivemos ontem uma reunião no Salão Nobre, da qual participaram vários Deputados, como João Leite, Durval Ângelo, Elaine Matozinhos, Antônio Júlio, Anderson Aduato e Edson Rezende, para tratar dos projetos da área de segurança pública que temos em andamento, o que pode ser feito e o que pode ser votado. Foi uma reunião que durou 4 horas e 15 minutos, e, felizmente, chegou-se ao consenso de que já não precisamos debater essa situação aqui nem em Brasília, mas precisamos de determinação para votar esses projetos. Já deixamos claro ontem, quando ocupamos esta tribuna, que não nos cansaremos de cobrar o empenho desta Casa na votação dessas matérias. Gostaria de explicar principalmente ao público que nos assiste e aos Deputados e às Deputadas o que é essa Proposta de Emenda à Constituição nº 33, o motivo pelo qual este e outros parlamentares, como a Deputada Elaine Matozinhos, apresentamos essa

proposta, o que tem de objetivo e em que é útil para a segurança pública do Estado.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 33 está tramitando há mais ou menos dois anos, não foi apresentada devido à morte do Promotor nem devido à dos dois Prefeitos de São Paulo, mas é proposta anterior a esses fatos, fruto do entendimento e de conclusão a que chegamos de que já não há como caminhar da forma como está o aparelho policial. Portanto, essa proposta de emenda à Constituição prevê alteração no art. 137 da Constituição Estadual, que diz: "A Polícia Civil e a Polícia Militar se subordinam ao Governador do Estado". A proposta é subordinar a Polícia Civil e a Polícia Militar ao Secretário de Estado da Segurança Pública. Por quê? (- Lê:)

"Justificação: A excessiva autonomia das Polícias Civil e Militar, marcadas por normas e valores diferenciados, dificulta a integração de suas atividades administrativas e operacionais, acarretando custos exagerados e desempenho abaixo de seu potencial.

Objetivos: 1 - Dotar o gabinete do Secretário da Segurança de estrutura adequada de direção e coordenação das atividades críticas dos órgãos policiais.

2 - Criar condições para atividade permanente de planejamento e acompanhamento, pela ação conjunta da alta direção dos órgãos policiais.

3 - Presidir, inclusive pelo exemplo, todo o sistema de planejamento integrado, que deve nortear todos os níveis de atividade operacional conjunta.

4 - Reduzir custos e capacitar a polícia a explorar seu potencial máximo para prevenir e reduzir a violência.

Principais atividades: 1 - Estruturar o gabinete do Secretário da Segurança, integrando os comandos das Polícias Civil e Militar, inclusive fisicamente, ocupando o mesmo prédio.

2 - Revisar toda a estrutura da segurança para reduzir duplicidade de órgãos ou funções, eliminar funções de baixa prioridade ou interesse policial, reduzir recursos excessivos de serviços especializados, promovendo austera revisão de dispersão de recursos para alocá-los na atividade-fim do policiamento territorial."

O que seria isso, na prática? Hoje, temos vários policiais que trabalham no 190, Sargentos que apenas atendem a telefone, como o fiz durante quatro anos, e poderíamos ter um funcionário público civil fazendo esse atendimento, o que custaria bem menos para o Estado e esse policial estaria nas ruas, combatendo o crime. Assim como temos oficiais, como Tenentes, que cuidam de almoxarifados, Capitães que cuidam da seção de transportes, e esses oficiais deveriam estar nas ruas, sendo essas funções ocupadas com serviços terceirizados.

Com isso, reduziríamos também o custo do pagamento dessa mão-de-obra. (- Lê:)

"3 - definir as atividades não específicas de polícia para propor ao Governo a substituição por funcionários civis, para liberar recursos humanos ao policiamento;

4 - definir estruturas de gestão para os seguintes setores, abrangendo funções das polícias que requeiram padronização e mereçam coordenação de interesse estratégico:

a) Departamento de Recursos Humanos, com encargos de estabelecer padrões de fiscalização sobre a seleção do pessoal, treinamento, definição de benefícios comuns e equiparação salarial, sistema disciplinar único, critérios profissionais para a promoção do pessoal de carreira;"

Hoje, há duas academias de ensino. O Estado poderia estar gastando com água, luz e treinamento apenas com uma academia de polícia. (- Lê:)

"b) Departamento de Finanças, para unificar o planejamento orçamentário e a gestão dos recursos financeiros, inclusive de obras e aquisições que dependam de licitação;"

Hoje temos um Departamento Financeiro da Polícia Civil e um Departamento Financeiro da Polícia Militar. Há uma duplicidade de órgãos. (- Lê:)

"c) Departamento de Inteligência e Coordenação Operacional, destinado a estabelecer os padrões de processamento de informações e de interesse policial e coordenar o esforço integrado das organizações policiais, inclusive para avaliação do desempenho operacional das unidades policiais e dos policiais. Deverá desenvolver cuidadoso acompanhamento da evolução dos principais crimes, analisando suas causas e condições que favorecem suas ocorrências, para oferecer subsídios à ação policial e outros órgãos do Governo e entidades sociais. Caberá a esse departamento o acompanhamento das atividades de repressão intensa ao crime organizado, principalmente ao narcotráfico, ao roubo de cargas e de veículos e ao contrabando de armas, intervindo quando necessário na atuação policial. Deve estar conectado a uma central unificada de denúncias aberta a todos os cidadãos;"

Ou seja, hoje temos duas centrais de polícia. O que ocorre quando o cidadão aciona a Polícia Militar para atendimento de ocorrência? O veículo dele é furtado, o cidadão disca 190 e, após uma entrevista de 5 minutos, o PM lhe fala para ir à Polícia Civil, para fazer uma queixa. Isso ocorre porque há outra central de polícia. Isso não aconteceria se essa central fosse única.

Quando ocorre um assalto a Banco, aqui na Capital mineira, a Polícia Militar é acionada e dirige-se ao local. No entanto, a Polícia Civil, que poderia iniciar a investigação simultaneamente, só vai tomar conhecimento desse assalto quando a Polícia Militar entregar-lhe a ocorrência, 12, 24, 36 ou 48 horas depois. Só aí é que a Polícia Civil iniciará a sua investigação. Portanto, deveríamos ter uma central de polícia única para a agilização e otimização dos recursos. (- Lê:)

"d) Corregedoria-Geral da Polícia para estabelecer severos padrões de atuação das corregedorias das polícias, fiscalizar seu trabalho e assumir os casos de maior gravidade ou de interesse da opinião pública;

e) Ouvidoria independente". Esta já existe. Não poderíamos mais criar esse órgão.

"5 - Instalar e coordenar central única de entrada de solicitações de emergência, unificando os sistemas de operação da PM (COPOM), Polícia Civil (CEPOL), Corpo de Bombeiro (COBOM), operações de trânsito, Polícia Rodoviária Estadual, defesa civil, ambulâncias e oferta de espaço para outras atividades de emergência pública;"

O que é isso, na prática? Quando houve o assassinato do Promotor Francisco José Lins do Rego, estava retornando de uma viagem ao vale do Mucuri e estava, mais ou menos, a 15 minutos da barreira da Polícia Rodoviária Federal, que fica na BR-262, a chamada saída para Vitória, a antiga 381. Ao passarmos por essa barreira da Polícia Rodoviária Federal, quando a Rádio Itatiaia e outros veículos de comunicação já haviam dado a notícia do assassinato do Promotor, encontramos a Polícia Rodoviária Federal tranqüila, com os veículos trafegando normalmente. Ninguém avisou que havia acontecido um homicídio em plena Capital e os cidadãos haviam fugido numa moto. Portanto, a Polícia Federal estava completamente alheia.

É por isso que tem de haver essa integração, uma troca de informações rápidas no aparelho policial. Isso poderia ter sido feito. Todas as estradas poderiam ser bloqueadas, e, com isso, teríamos mais chances de instalar imediatamente o que a polícia chama de "cerco-bloqueio", possibilitando uma operação policial mais tranqüila, com a prisão mais rápida dos marginais.

Além disso, Sr. Presidente, quero encerrar meu pronunciamento deixando claro que existem algumas autoridades dizendo que em São Paulo o comando é único, e não melhorou a segurança pública. É óbvio que não é somente o comando único que vai propor uma ação mais eficaz da polícia. O comando único é para proceder à integração do aparelho policial. Nenhuma autoridade vai conseguir fazer uma integração com duas cabeças. Teríamos um corpo com duas cabeças. Isso é impossível. Na Secretaria da Saúde, há um Secretário. Na Secretaria de Educação, há um Secretário. Mas, na Segurança Pública, não existe um Secretário. O Secretário que lá se encontra é Secretário da Polícia Civil, não é Secretário da Segurança Pública. Ele não chefia as duas polícias. Infelizmente essa é uma verdade. Minha fala não tem nenhum intuito de depreciar o cargo ocupado hoje pelo Delegado-Geral Márcio Domingues, mas sim de mostrar a realidade para a população. Hoje não temos Secretaria de Estado da Segurança Pública, mas sim "Secretaria de Polícia Civil". Por outro lado o mesmo "status" tem a "Secretaria de Polícia Militar", que é o Comando-Geral da PM. Portanto, é necessário haver a subordinação a um Secretário para fazer a integração, com uma academia única, uma central de polícia única, uma corregedoria única e um banco de dados e arquivos criminais que já é lei, a qual a Secretaria de Estado da Segurança Pública hoje não está cumprindo, pois não está repassando informações à Polícia Militar.

Por tudo, Sr. Presidente, para encerrar, entendemos que esse é um assunto que levará muito tempo. Tivemos um compromisso do Deputado Antônio Júlio, Presidente desta Casa, de votarmos essa matéria. Por isso estou aqui explicando e estarei enviando uma cópia desse documento para os nossos companheiros, a fim de que entendam perfeitamente por que estamos implorando a aprovação dessa matéria, que tem o intuito de buscar maior eficiência na segurança pública. Depois não vão dizer que ocorreu outro crime bárbaro, e não tomamos nenhuma providência. Esta Casa tem uma grande responsabilidade com a segurança pública. Há medidas que devem ser tratadas em Brasília, outras que devem ser tratadas aqui e outras, na esfera municipal. Ficam aqui nossa sugestão e nosso apelo pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 33. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, funcionários da Casa, galerias, meus senhores e minhas senhoras, mais uma vez voltamos à tribuna da Assembléia, inicialmente, para reafirmar nossa indignação, porque essa deve ser a décima ou a décima primeira vez que vimos reclamar da situação caótica das nossas estradas. É lamentável que o ex-Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, que esteve percorrendo conosco a BR-040 e a BR-135, que são da responsabilidade do Governo Federal, não tenha viabilizado os recursos prometidos. Hoje vemos com muita indignação a Procuradoria Federal cobrando do ex-Ministro questões de desvio de verbas e de recursos da União que deveriam ter sido empregados nas estradas.

Com muita indignação, percorremos nossas estradas, que se encontram em estado de calamidade, trazendo insegurança para os motoristas que trafegam pela BR-040 e pela BR-135, embora saiba que outras também se encontram em situação precária. Continuaremos reivindicando melhorias junto ao Ministério dos Transportes, à Agência dos Transportes, ao DENIT, novo órgão, que substitui o DNER, lutando por recursos não só para tapar os buracos nas estradas, mas também para recapeá-las, uma vez que já existem recursos no orçamento para tanto. É difícil aceitar o fato de que um motorista, cidadão que paga seus impostos, recolhe IPVA, necessite parar o veículo na chuva para trocar pneu furado ou roda quebrada.

Sr. Presidente, gostaria de apresentar quatro requerimentos de minha autoria: o primeiro é de congratulações com o povo de Augusto de Lima, por meio de seu Prefeito Municipal, Enébio de Fátima Fonseca, e do Presidente da Câmara Municipal, Adalberto Martins, pelos 39 anos de emancipação política, em 31/3/2002.

O segundo requerimento é dirigido à Prefeita Municipal de Ingaí, Dra. Terezinha Angélica de Paiva, e à Presidente da Câmara Municipal, Mercia Carvalho Rezende, pelos 30 anos de emancipação política do município, em 1º/3/2002. O Município de Ingaí vem-se destacando pelo valor do seu povo trabalhador e honrado, caminhando com determinação rumo ao desenvolvimento e à expressão entre os municípios mineiros.

No terceiro requerimento, solicito seja encaminhada manifestação de congratulações com o povo da cidade de Três Marias, por meio de seu Prefeito, Pe. Geraldo da Silva Macedo, e do Presidente da Câmara Municipal, Mozair Gonçalves Esteves. Em 1º/3/2002, Três Marias comemora 39 anos de emancipação política.

Por último, apresentamos requerimento de congratulações com o povo da cidade de Igarapé, que completa, em 1º/3/2002, 36 anos de emancipação política.

As nossas congratulações com o povo dessa cidade, por meio do Prefeito Municipal, Sr. Osvaldo Cândido de Queiroz, e do Presidente da Câmara, José Fagundes Rosa. Igarapé comemora 36 anos e é um município que vem despontando, principalmente na nossa região metropolitana.

Quero, mais uma vez, dizer que vamos continuar a luta em defesa da segurança dos motoristas que transitam nas nossas estradas. É direito do cidadão e dever do Estado a segurança nas estradas. Para isso pagamos impostos e cobramos do Governo Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, segurança nas estradas. O cidadão não pode nem parar o carro para trocar um pneu sem correr risco de vida. É nosso dever continuar lutando e brigando por uma solução.

Eram essas, Sr. Presidente, as minhas considerações. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, quero prestar uma homenagem aos produtores da região do Triângulo Mineiro, mais especificamente aos produtores de soja de Uberaba, que é hoje o maior produtor de soja de Minas Gerais.

Por dois motivos, gostaria de registrar a notícia veiculada pela "Gazeta Mercantil" dia 9/1/2002, conferindo ao Município de Uberaba a classificação de maior produtor de soja em Minas Gerais.

São 180 sojicultores que plantam 53.000ha e esperam colher 144.000t com produtividade média de 2.880kg/ha, produtividade média superior à das lavouras norte-americanas.

O primeiro motivo é enaltecer os produtores daquele município, que, adeptos da moderna tecnologia de produção e sabendo explorar racionalmente o cerrado, contribuem para a busca do equilíbrio da balança comercial brasileira, ou, melhor dizendo, para o seu superávit.

O segundo motivo é a parcela que, direta ou indiretamente, o Legislativo mineiro tem nessa criteriosa produção agrícola. Aqui, estamos defendendo continuamente os aspectos relacionados a uma tributação incentivadora; à redução de diferentes taxas na agropecuária, como as de fiscalização na produção de sementes e mudas; à intensificação da pesquisa no Estado, como vêm fazendo as universidades federais, principalmente de Viçosa e Lavras, a EMBRAPA e, em especial, a EPAMIG, que há quase três décadas desenvolve importantes pesquisas com soja no cerrado mineiro.

Abro parênteses para homenagear toda a equipe de soja da EPAMIG, por meio do pesquisador Neilson Eustáquio Arantes, líder nessa área de pesquisa no Estado, com o seu Centro Regional de Pesquisa para o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba, com sede em Uberaba.

Adicione-se a esse exemplo de ações o Serviço de Extensão Rural da EMATER e o de Inspeção Sanitária do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA.

O Brasil participa hoje com 30% das exportações mundiais de soja, tendo crescido cerca de 25% na última década, nessa participação. Com 42.000.000t de produção de soja, o Brasil encontra-se em 2º lugar entre os principais países produtores.

Em 2001, o agronegócio brasileiro exportou US\$24.000.000.000,00, e os excelentes resultados do complexo da soja garantiram as altas nas exportações, com uma parcela de 26%.

Ao lado da alta produção de soja, Uberaba é também grande produtor de milho. Atualmente são 600 produtores que plantam 36.000ha e esperam colher 215.000t.

Estão, pois, de parabéns os agricultores e as entidades que apóiam essa brilhante geração de riqueza no cerrado, importante bioma para a produção de alimentos e a preservação ambiental.

Sr. Presidente, após essa homenagem aos produtores rurais do Triângulo Mineiro, em especial da cidade de Uberaba, gostaríamos de manifestar nossa tristeza pela forma de fazer política de algumas lideranças, que, muitas vezes, sem compromisso maior com o Estado, fazem uma política menor.

Outro dia, ouvi o Prefeito de Poços de Caldas, Paulo Tadeu, do PT, dizer uma expressão brilhante: "Em política, há tempo de competir e há tempo de construir". Lamentavelmente, existem lideranças políticas que querem competir durante todo o tempo, não lhes sobrando, evidentemente, tempo para construir. Tais lideranças são negativas para o desenvolvimento nacional.

Refiro-me, Sr. Presidente, a um boato surgido em Uberaba a partir desse tipo de gente, que, em vez de construir, compete o ano inteiro. Eles quiseram imputar-me essa malfadada taxa de R\$30,00, hoje cobrada pelo licenciamento de veículos. Aproveito a TV Assembléia e o testemunho de meus companheiros desta Casa para afirmar que, desde 1999, fomos contrários à chamada "narcotaxa", e, agora, tivemos o prazer de votar contra ela, que tanto dissabor tem trazido aos mineiros, que vão aos Bancos para pagar o IPVA e são obrigados a arcar também com esses R\$30,00, uma taxa injusta.

Faço questão de mostrar a todos os meus companheiros uberabenses essa relação de votação, em que está registrado que Paulo Piau votou "não" a essa taxa de R\$30,00 de licenciamento de veículos. Tenho pena dessas pessoas que competem 24 horas por dia e 365 dias por ano. Deviam parar de mentir e começar a fazer algo para construir nossa cidade, nosso Estado e nosso País.

Aproveito, portanto, esse espaço da TV Assembléia, tão assistida em todo o Estado. Dirijo-me principalmente à comunidade de Uberaba para dizer que existem muitas pessoas sérias na política, mas, infelizmente, há pessoas que tramam mentiras durante todo o dia, para prejudicar alguém.

Portanto, não posso assumir nenhuma responsabilidade sobre o que não tenho. Sobre essa taxa de R\$30,00 de licenciamento de veículos, não tenho responsabilidade, pois sempre me posicionei e votei contra o Governo do Estado com relação a ela. Essa invenção nada mais é do que uma covardia e um processo de pensamento pequeno dos nossos adversários de Uberaba. Lamentamos, mas esse sempre foi o comportamento dessas pessoas. Claro que não nos afetará, porque o povo conhece o nosso trabalho sério nesta Assembléia Legislativa com relação ao que é da nossa responsabilidade.

Sr. Presidente, gostaria de tratar de vários assuntos, mas encerrarei o meu pronunciamento, porque o tempo está terminando. Obrigado pela paciência e pela concessão desse espaço para prestar esses esclarecimentos.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 20/2/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, e a Decisão da Mesa de 28/11/01, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.209, de 2001, 2.229, de 2002, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Luiz Tadeu Leite

nomeando Dioniso Roberto Guimarães para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Maria Nelita Oliveira Mendes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Mônica Almeida Guimarães para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas.

Gabinete do Deputado Mauro Lobo

nomeando Benedita Lopes de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Renata Alves Rodrigues do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Dimas Rodrigues, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização;

nomeando Aldimar Rodrigues Filho para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Dimas Rodrigues, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Eugênio Braungratz Lopes. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do credenciado. Vigência: a partir da data da assinatura.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2001

TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2001

Data de julgamento das propostas de preços: 26/2/2002.

Objeto: aquisição de diversos equipamentos e materiais de áudio e vídeo. Licitantes vencedoras: para os itens 01, 02, 04, 05, 07, 10, 11, 12, 16, 17, 29 e 35 - Dinâmica Eletrônica Ltda.; para os itens 03, 13, 14, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31 e 36 - Som & Luz Ltda.; para o item 30 - Videomart Ltda.; para os itens 08, 09, 15, 19, 27 e 33 - Bysen do Brasil Ltda.; para o item 06 - D & M Comercial Ltda. e para os itens 32 e 34 - Lojas Arno Palavro Ltda. Licitante desclassificada: para o item 36 - Dinâmica Eletrônica Ltda.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2002.

Sérgio José Barcelos, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.